

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COORDENAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ELIANE NUNES DA SILVA

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO  
SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CRAS/MALVINAS

Campina Grande  
2015

ELIANE NUNES DA SILVA

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO  
SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CRAS/MALVINAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Serviço Social da universidade Estadual da Paraíba como requisito indispensável para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ms. Patrícia Crispim Moreira

Campina Grande  
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586l Silva, Eliane Nunes da  
Limites e possibilidades para atuação do Assistente Social no contexto contemporâneo à luz do Projeto Ético Político Serviço Social [manuscrito] : uma análise do CRAS/Malvinas / Eliane Nunes da Silva. - 2015.  
71 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Patrícia Crispim Moreira, Departamento de Serviço Social".

1. Serviço social 2. Exercício profissional do Assistente Social. 3. Projeto Ético Político. 4. Assistente social. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

ELIANE NUNES DA SILVA

LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO  
CONTEXTO CONTEMPORÂNEO À LUZ DO PROJETO ÉTICO POLITICO DO  
SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CRAS/MALVINAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao  
curso de Serviço Social da universidade  
Estadual da Paraíba como requisito  
indispensável para obtenção do grau de  
bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 10 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Crispim Moreira

Prof. Ms. Patrícia Crispim Moreira - DSS/CCSA/UEPB  
(Orientadora)

Therêza Karla de Souza Melo

Prof. Ms. Therêza Karla de Souza Melo - DSS/CCSA/UEPB  
(Examinadora)

Maria do Socorro Pontes de Souza  
Prof. Ms. Maria do Socorro Pontes de Souza - DSS/CCSA/UEPB  
(Examinadora)

## AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos estão voltados em primeiro lugar ao meu Deus, todo poderoso, digno de toda honra e toda glória –Ao senhor Deus todos os meus agradecimentos, obrigada por me conceder este privilégio. Após tantos desafios, inseguranças, avanços e recuos, mas porque não falar também em alegria? Em sensação de ter conseguido atingir o objetivo que tanto almejava. É isso. Só tenho mesmo a agradecer por esta conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba. Fase inesquecível na minha vida.

À minha mãe (dona Severina), que mesmo diante de suas incompreensões por não entender o que o processo tanto requer de nós acadêmicos, mas de sua maneira, mesmo diante das suas dificuldades contribuiu bastante para que esse sonho se tornasse realidade. (A senhora mãe dirijo a minha gratidão, votos de estima e consideração).

A todos os meus irmãos/as, em especial as minhas irmãs Luciana (Lupita), Maria e Guiomar (Obrigada meninas pela compreensão e incentivo durante todo o processo desta graduação-AMO VOCÊS!).

Registrar o amor aos meus sobrinhos/as João (Joãozinho), Davi(Dadá), Renata, Rayane, Eduarda (Duda), Junior(Juninho), Cleide, enfim á todos/as que com seu carinho e compreensão, sobretudo em momentos difíceis, contribuíram para que eu reerguesse a cabeça para continuar o percurso.

Ao meu atual amigo Severino (Biu Peres) por todo apoio e incentivo nos momentos de ansiedade, correrias e inseguranças, obrigada por sua participação positiva no processo de conclusão do meu curso. Agradeço por sua compreensão, Biu.

A tia Rita mesmo ausente do meu processo de formação contribuiu com suas orações e torcida: Te amo Tia.

Aos meus familiares mais ausentes que sempre demonstraram alegria pelo meu ingresso na Universidade, bem como pela conclusão deste momento tão importante da minha caminhada.

As minhas amigas de turma em especial Keilla e Dayanne por todo apoio, palavras e conversas de estímulo e motivação –obrigada meninas por fazer parte da minha história – Adoro vocês.

À minha compreensível orientadora de estágio e TCC Patrícia Crispim, que mesmo diante de suas inúmeras tarefas acadêmicas decidiu aceitar ser orientadora do meu trabalho de conclusão de curso: Obrigada por tudo Patrícia.

Às assistentes sociais do campo de estágio CRAS/Malvinas-Magna, Socorro, Lúcia e Elita pela disponibilidade, paciência e compartilhamento de conhecimentos e experiências. Obrigada pela participação neste estudo.

Enfim, dirijo meus agradecimentos á todos/as os amigos/as, familiares que contribuíram direta e indiretamente em cada passo desta conquista.

## RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no CRAS/Malvinas em Campina Grande/PB ,no ano de 2015 e teve como objetivo conhecer os limites e possibilidades que perpassam o exercício profissional para uma possível compreensão e reflexão sobre os rebatimentos da crise capitalista na realidade bem como na profissão do assistente social, enfatizando, sobretudo as formas que tais rebatimentos se apresentam na profissão e no contexto da atuação profissional. Os aspectos ora sinalizados serão refletidos no universo do projeto ético político do Serviço Social, tendo em vista sua proposta geral e as estratégias que a crise capitalista encontra para influenciar a materialização deste projeto, sobretudo no seu contexto profissional. No que diz respeito aos objetivos específicos analisamos a percepção dos profissionais a respeito dos desafios e possibilidades evidenciadas no exercício profissional e como esses trabalhadores compreendem o projeto ético político do Serviço Social, colocando em destaque a possibilidade de materialização ou efetividade do projeto. Buscamos também conhecer as particularidades e estratégias que o capital em crise encontra para sempre se reinventar, e se de fato os profissionais possuem esta visão para a possível compreensão, luta e resistência dos desafios que perpassam a sociedade, a profissão e o exercício profissional. Demarcamos questões para analisar o olhar dos profissionais neste contexto buscando fazer um elo com o conhecimento acerca do projeto ético político do serviço social para o possível enfrentamento ou combate das determinações do grande capital. Os sujeitos participantes da pesquisa caracterizam o universo de 04(quatro) Assistentes Sociais. A coleta de dados se dar a partir de entrevista semi-estruturada, da observação participante e do diário de campo. A pesquisa é do tipo quanti-qualitativa qual tentamos sinalizar aspectos que dizem respeito, sobretudo a compreensão e possibilidades de materialização do projeto ético político do Serviço Social.

A pesquisa nos indicou que do universo dos participantes setenta e cinco por cento(75%) não conhecem o Projeto Ético Político do Serviço Social. Os profissionais participantes sinalizam os desafios e as possibilidades para a atuação profissional na contemporaneidade.

Diante dos resultados consideramos pertinente um investimento na visibilidade do PEPSS, bem como na socialização do conhecimento deste.

**Palavras-Chaves:**Serviço Social. Exercício Profissional. Projeto Ético Político.

## **ABSTRACT**

This study aims to know the limits and possibilities that underlie the professional practice for a possible understanding and reflection on the repercussions of the capitalist crisis in reality and in the profession of social worker, emphasizing above all the forms that such repercussions are presented in the profession and in the context of professional practice. Aspects now flagged will be reflected in the world of ethical political project of Social Work, in view of its overall proposal and the strategies that the capitalist crisis is to influence the realization of this project particularly in their professional context. We have analyzed the perception of professionals about the challenges and possibilities evidenced in the practice and how these workers understand the ethical political project of Social Work, by highlighting the possibility of materialization or effectiveness of the project. We seek in this study meet the particularities and strategies that capital in crisis is to always reinvent, and indeed the professionals have this vision for the possible understanding, struggle and resistance of the challenges that permeate society, the profession and the professional practice. Demarcated issues to analyze the look of professionals in this context seeking to make a link with the knowledge of political ethical project of social service for possible coping or combat of the great capital determinations. The subjects research participants characterize the universe of four (04) Social Workers, where the collection of data from a questionnaire try to signal aspects that mainly concern understanding and possibilities for realization of political ethical project of Social Work.

**Key Words:** Social Service. Professional Practice. Political EthicsProject.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FIEP	Federação da Indústria do Estado da Paraíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL: REFLEXÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>10</b>
2.1	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .....	14
2.2	A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS .....	16
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO .....</b>	<b>22</b>
3.1	AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL .....	26
3.2	A DEFESA DE DIREITOS COMO CULTURA PROFISSIONAL .....	28
<b>4</b>	<b>PROJETO PROFISSIONAL E O CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL: RUMOS NORTEADORES .....</b>	<b>33</b>
4.1	LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO; DIRETRIZES CURRICULARES E CÓDIGO DE ÉTICA: SINALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE DO PROJETO PROFISSIONAL .....	37
4.2	MORAL, VIDA COTIDIANA E PROJETO ÉTICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL .....	42
4.3	A REFLEXÃO ÉTICA: NORTE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA .....	43
4.4	COMPREENDENDO O PROJETO ÉTICO POLÍTICO .....	45
4.5	A ÉTICA NA PROFISSÃO .....	47
<b>5</b>	<b>O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS MALVINAS: ANALISANDO O CAMPO DE ESTÁGIO .....</b>	<b>53</b>
5.1	A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES/AS DO CRAS/MALVINAS ACERCA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL .....	57
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>69</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS – CRAS MALVINAS .....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende fazer uma abordagem sobre a atuação profissional do Assistente Social na área da assistência social, no que refere-se sobretudo aos limites e também possibilidades de tal atuação em tempos de crise do capital<sup>1</sup> ou melhor no contexto do ciclo capitalista. O estudo tem como objetivo principal conhecer os limites e possibilidades que perpassam o exercício profissional, bem como analisar a percepção dos profissionais a respeito de tais desafios e possibilidades, e de que forma os profissionais participantes compreendem o projeto ético político do Serviço social. Assim propomos uma interlocução da atuação do Assistente Social com o projeto ético político do Serviço Social. O interesse pelo objeto de estudo se dá a partir da inserção no campo de estágio - CRAS/MALVINAS do período de junho de 2013 a dezembro de 2014, levando em consideração a observação da atuação dos profissionais ali inseridos, diante, sobretudo, dos desafios bem como das poucas possibilidades que perpassam a atuação e exercício profissional na contemporaneidade. Consideramos nesse sentido todo o contexto político, social e econômico, que tende a refletir no cotidiano profissional

Este estudo justifica-se no sentido de que poderá possibilitar aos profissionais de Serviço social refletirem a respeito dos processos sociais que estão envolvidos na profissão, e que tais processos e particularidades históricas, tendem a repercutir diretamente na atuação profissional.

Portanto, pretende-se levar o estudo ao conhecimento dos estudantes de Serviço Social bem como, aos profissionais de Serviço Social para possíveis reflexões, principalmente no que diz respeito às respectivas intervenções profissionais, tendo como norte principal construções intelectuais para uma atuação com competência teórica-metodológica, ético-político, técnico-operativo, sobretudo na tentativa de apreensão de todo movimento da realidade na qual está inserida a nossa profissão e atuação profissional. A tentativa ora sinalizada requer de nós enquanto sujeitos profissionais que façamos uma análise de todo o processo histórico, das particularidades históricas do país, bem como dos processos sociais que norteiam a sociedade capitalista. Portanto, iluminar novas perspectivas para o Serviço Social e atuação profissional, na tentativa de dar materialidade aos princípios éticos e políticos norteadores do nosso projeto profissional assim como também refletir a respeito dos

---

<sup>1</sup> Crise capitalista: ao utilizar esta expressão me refiro ao ciclo de crises que o capitalismo enfrenta para se manter erguido. O capitalismo tende a ir de encontro a sua própria destruição, porém a crise vai funcionar como estratégia para sua própria realização e manutenção. A crise se configura como funcional, portanto, inerente ao sistema capitalista (NETTO, 1996).

rebatimentos da crise capitalista a qual reflete de forma direta na sociedade em geral e não de maneira diferente na profissão e atuação profissional. É este o contexto que justifica este estudo.

As considerações seguintes servirão para situarmos as reflexões que pretendemos fazer no decorrer deste trabalho. Portanto, no primeiro capítulo trataremos especificamente da trajetória histórica da assistência social, apresentando uma análise do percurso da assistência social desde o favor até o direito. Enfatizamos nesse contexto a Política Nacional de Assistência, bem como o Sistema único de assistência social. Em seguida apresentamos algumas considerações sobre o Serviço Social, considerando todo o processo de constituição da profissão desde os seus primórdios, sobretudo o arsenal histórico do momento inicial da profissão. No terceiro capítulo trazemos uma reflexão do Serviço Social no contexto contemporâneo, sinalizando, sobretudo, os desafios que são postos a profissão no atual momento histórico. Nesse contexto buscamos situar as demandas postas a nossa profissão na atualidade, bem como articular as considerações com o projeto ético político do Serviço Social.

No quarto capítulo teceremos algumas considerações no que diz respeito ao Serviço social e o código de ética, historicizando-o, traçando um percurso a partir de 1947 até 1993. Em seguida damos ênfase ao projeto ético político do Serviço social, situando as reflexões no contexto desafiante da atuação profissional na conjuntura atual. Já no quinto capítulo analisamos o campo onde realizamos o estágio obrigatório, e na sequência traçamos o perfil dos profissionais entrevistados na pesquisa. Posteriormente apresentamos os resultados das entrevistas, evidenciando a percepção de cada profissional a respeito da atuação profissional, articulando esta atuação com a perspectiva ou direção do projeto ético político do Serviço Social, no que diz respeito, sobretudo ,aos limites e possibilidade de sua materialização no contexto neoliberal.

## **2 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL: REFLEXÕES PRELIMINARES**

A Assistência Social no Brasil possui uma origem histórica baseada na caridade, filantropia e na solidariedade religiosa. Suas práticas dependiam de iniciativas voluntárias e isoladas, de auxílio aos pobres e desvalidos. As iniciativas de caráter assistencial partiam das instituições religiosas, que direcionavam os seus cuidados embasados nas práticas de ajuda e caridade. A pobreza era considerada uma disfunção individual, e os atendimentos eram prestados através do acolhimento dos pobres e miseráveis nas santas casas de misericórdia, as quais tinham como missão principal acolher e cuidar dos mais carentes.

Diante desse contexto, percebemos que os problemas sociais eram mascarados em sua forma isolada, tendo em vista que a forma de intervenção dada à questão social era delegada à sociedade civil, através da solidariedade social, com especial destaque a igreja católica, enquanto o Estado não assumia sua posição de fato. Portanto, o Serviço Social se constitui em sua origem como um dos principais mecanismos utilizados pelas classes dominantes e dirigentes a fim de exercer seu controle e poder de classe. Isso significa que sua institucionalização na década de 1930 pelo estado vigente, de controle e hegemonia do capital, foi fator correspondente a uma racionalidade específica no que diz respeito ao enfrentamento da questão social. Noutras palavras, o Serviço social era utilizado como meio pelo qual a classe dominante exercia e legitimava o seu poder diante da sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

É pertinente evidenciar que no Brasil até 1930 não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social, dessa forma esta era tratada como ‘caso de polícia’, e, portanto, problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos. Neste contexto é importante destacar a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Fundada em 1942 assegura estatutariamente sua presidência as primeiras damas da república, imprimindo dessa forma a marca do primeiro damismo na Assistência Social, a qual estende sua ação às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades, com ações pontuais, urgentes e fragmentadas. A implantação da LBA é acompanhada das práticas assistenciais e religiosas, as quais inicialmente estavam voltadas para às famílias dos militares enviados à segunda guerra mundial. Mas, posteriormente, se expande também a todas as famílias pobres brasileiras.

Segundo Sposati (2004), as ações da Legião Brasileira de Assistência (LBA) trazem para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, o que se configura como marco que tem a possibilidade de predominar na trajetória da assistência social brasileira.

Consideramos o marco sinalizado por Sposati como um obstáculo no que diz respeito à afirmação da assistência como política de direito, a qual, diga-se de passagem, é conquistada através de lutas ferrenhas no percurso da assistência social brasileira.

Mas, diante de inúmeros desafios, a assistência social é vista como a área na qual a renovação crítica do Serviço Social se evidencia mais presente. Só para sinalizar, cabe pensar a respeito dos movimentos de lutas, os quais são enriquecidos com articulações políticas, sobretudo as que dão origem à elaboração de uma lei que articula a assistência social aos direitos sociais e aos patamares da justiça social.

A Lei orgânica da Assistência Social (LOAS), n. 8. 742, de 07 de dezembro de 2003, regulamenta artigos da Constituição Federal de 1988, bem como dar o pontapé inicial para a constituição da Assistência Social como política pública de Seguridade Social, assim como também possibilita o trânsito da Assistência para o campo dos direitos, da universalização do acesso, e da responsabilidade Estatal.

Esta lei reafirma os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, inserindo a assistência social no campo de política pública de direito:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 2007, p. 7)

Sem dúvidas a LOAS oferece considerável avanço no campo da assistência social, tendo em vista que estabelece normas e critérios para a organização da assistência, rompendo, portanto com a herança histórica do assistencialismo evidenciada no início das considerações. Logo, a lei orgânica da assistência social situa a assistência social como direito de todo brasileiro, de caráter não contributivo, e que deve promover mínimos sociais<sup>2</sup>, buscando principalmente o enfretamento da pobreza juntamente com outras políticas.

Fazendo uma breve retrospectiva quanto ao perfil histórico da prática assistencial brasileira, não há como negar que, mesmo no limite do texto legal, a lei orgânica da

---

<sup>2</sup> MINIMOS SOCIAIS: São os mínimos destinados á pessoas incapazes de prover sua própria subsistência através do trabalho. Esses recursos são frequentemente identificados como forma de renda. Os benefícios podem ser setoriais, nas áreas de saúde, educação, habitação, etc., ou categoriais-idosos, pessoas portadoras de deficiências, crianças, adolescentes, etc. (YWATA; MORCELI; SANTOS, 2005, p. 33).

assistência social traz uma substantiva contribuição para a sociedade, pois até então a assistência estava relacionada á filantropia, em geral de caráter privado confessional, o que até o momento não tinha se constituído como uma verdadeira política pública.

Considerando a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social e o limite do seu texto legal, ou seja, os desafios para sua construção, aprovação e efetivação, consideramos pensar o projeto Ético político do Serviço Social nesta mesma perspectiva, ou seja, a de que temos construído bem como se reconstrói a todo momento um projeto profissional, o qual está totalmente relacionado com uma construção coletiva, bem como fruto de debates, reivindicações e lutas sociais, porém perpassado por limites diante da ofensiva neoliberal. É, portanto, nessa perspectiva que compreendemos o projeto ético político do Serviço Social: Consequência de uma ampla construção coletiva, e, sobretudo, de lutas sociais, porém está inserido em um contexto ameaçador para a sociedade como um todo.

Segundo Raichelles (2000), a Assistência Social em seus primórdios estava relegada ao ‘leito’ comum das iniciativas espontâneas da boa sociedade para com seus necessitados, e, frequentemente, resumida às atividades de plantão social, ás atenções emergenciais, distribuição de auxílios, e, sobretudo, implementadas por práticas pulverizadas, descontinuas e principalmente subordinados a interesses clientelistas. Logo, percebemos não apenas o quanto foi decisiva a contribuição da categoria profissional na luta pela ressignificação da assistência social brasileira, mas também o quanto esta dependeu da maturidade teórica e política do Serviço Social brasileiro, elementos duramente conquistados no processo de sua renovação crítica.

Portanto a LOAS vem como embasamento da política nacional de Assistência Social e consequentemente cria a possibilidade de efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) como referência de sistema único.

## 2.1 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Segundo Iamamoto(2009), o Serviço Social surge no Brasil no início da década de 1930, através do movimento de reação católica, é nesse momento que a questão social<sup>3</sup> fica definitivamente colocada para a sociedade. Neste contexto a igreja reage no sentido da desagregação da sociedade civil tradicional, na perspectiva de declínio da sua influência. A

---

<sup>3</sup> Questão social: conjunto das expressões das desigualdades sociais da sociedade capitalista. Tem como raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, trabalho amplamente social, enquanto a apropriação é privada e monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2009).

citada reação católica se baseia em métodos organizativos e disciplinares, constituindo poderosas organizações de massa. Portanto, a relação que fazemos está entre a profissão e o ideário católico o que vai imprimir a profissão um caráter de apostolado. Neste momento histórico a questão social era tratada, sobretudo como caso de polícia, bem como um problema de ordem moral, sendo assim a profissão pautava-se numa intervenção que priorizava a formação da família e do indivíduo para a possível solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. Nesse momento o Serviço Social vai incidir sobre valores e comportamentos de seus denominados ‘‘clientes’’<sup>4</sup> na perspectiva de sua integração a sociedade.

Portanto, é na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro fundamenta a formulação de seus primeiros objetivos políticos e sociais, tendo como orientação posicionamentos de cunho humanista conservador, que buscavam a hegemonia do pensamento social da igreja, diante da questão social, o que era contrário aos ideários liberal e marxista. Nesse sentido é fundamental afirmarmos que a implantação do Serviço Social no Brasil ocorre em uma conjuntura de acirramento do capitalismo e da questão social, a qual se dar através de vários grupos da classe dominante e da igreja católica. A questão social neste sentido já se inicia com a generalização do trabalho livre, o que torna a força de trabalho simples mercadoria.

Seguindo o contexto de gênese da profissão, destacamos um primeiro suporte teórico metodológico necessário à qualificação técnica da prática do Assistente Social no momento do surgimento da profissão. Tal suporte vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social:

---

<sup>4</sup> Clientes: terminologia utilizada para nomear os usuários do Serviço Social neste momento histórico, o que pode também ser denominado atualmente de público alvo.

O positivismo trabalha com as relações aparente dos fatos, restringindo a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação, não visualiza mudanças, a não ser dentro da ordem estabelecida, estando diretamente voltado para ajustes e conservação da ordem estabelecida (IAMAMOTO, 2009, p. 71).

Percebemos que neste momento há uma tecnificação da ação profissional, acompanhada de mudanças apenas no âmbito da ordem estabelecida.

Destacamos nesse contexto preliminar a influência fenomenológica, a qual estava ligada a um Serviço Social cada vez mais relacionado a um positivismo lógico, que ocultava a possibilidade de compreensão do homem na sua completa integração na sociedade. A corrente fenomenológica se fechava ao questionamento, buscava a compreensão do homem através de modelos de sistemas sociais, mas não inseria esta compreensão em um contexto de classes.

A fenomenologia emerge como uma contribuição no processo de renovação do Serviço Social na perspectiva da reatualização do conservadorismo desenvolvida nas décadas de 1960 (pouco significativa) bem como na década de 1970 com uma maior influência. Assim considera Netto (1996, p. 209): “a reivindicação do suporte metodológico é mesmo um traço pertinente, pois antes do seu surgimento, o pensamento fenomenológico era verdadeiramente desconhecido na elaboração profissional brasileira”.

Percebemos que a recepção da postura fenomenológica é relativamente tardia na cultura do nosso país, mas não podemos negar que o recurso à fenomenologia aparece como um insumo para a reelaboração teórica e prática da profissão naquele contexto, sobretudo de renovação conservadora.

Por outro lado há um questionamento a estes referenciais tradicionais, o qual se dá por meio de um amplo movimento, ou seja, de um processo de revisão global, abarcando os níveis teóricos, metodológicos, operativos e políticos. Esse movimento vai ser denominado de movimento de renovação, o qual surge na perspectiva de refletir a respeito da necessidade de construção de um projeto comprometido com as demandas da classe subalterna. Esse movimento se relaciona diretamente a questionamentos feitos no interior da profissão, o que logo se relaciona com o marxismo, e com a sua teoria social crítica.

No entanto, é no movimento de reconceituação que se definem, de forma clara, e também se confrontam, diversas tendências direcionadas para a fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do serviço Social. Os primeiros momentos deste movimento estão relacionados ao período da ditadura militar, e com isso a impossibilidade de contestação política, o que deveria priorizar um projeto tecnocrático/modernizador. Mas percebemos que

mesmo em plena ditadura militar, vivenciou-se um esforço no interior da formação e da prática profissional para superar o que se chamou e se materializou como conservadorismo.

O movimento de reconceituação emerge em 1965 e se esgota por volta de 1975. Vai marcar a adoção de um projeto societário demandante de uma revisão não apenas do fazer profissional, da formação, mas principalmente da compreensão da profissão e de sua projeção social. Daí emerge entre os assistentes sociais indagações relativas ao significado da própria profissão. Sobressaem no âmbito dessas indagações e inquietações na agenda do debate profissional, proposições que buscam compreender as questões vinculadas aos fundamentos teórico-metodológicos e éticos políticos. É exatamente nesse momento que se inicia o desenho do projeto ético-político pensado pela categoria de assistentes sociais para a realidade do Brasil. Esse é o momento do Serviço Social falar em seu próprio nome, resultado dos amadurecimentos, reflexões e inserção dos profissionais em espaços de formação política. Portanto, o engajamento político e a clareza acerca da necessidade de se redefinir um norte profissional concorreram para que fossem estabelecidas as características do movimento de reconceituação no Brasil, que por sinal pode ser considerado um momento tão contínuo que ainda nos dias de hoje somos herdeiros de suas consequências, pois este representou para o Serviço Social o início de uma nova práxis, ou seja, um novo modo de refletir, pensar e agir de maneira a criar vínculos com ações transformadoras. Nesse sentido destacamos a organização política profissional bem como da própria sociedade como uma continuidade do movimento de reconceituação (NETTO, 1996).

No que se refere ao movimento de renovação, o caracterizamos como um processo interno brasileiro que dar possibilidades para a profissão no pré-1964, quando a democracia do país foi interrompida através do golpe que instituiu a ditadura militar brasileira. Já a intenção de ruptura se adensa somente ao longo dos anos oitenta, devido às mudanças ocorridas no país durante o processo de reabertura política e democrática.

Segundo Netto (1996), é no momento da reconceituação que os agentes profissionais assumem o movimento como uma causa revolucionária, o que abre espaço para o debate, reflexão e crítica no interior da profissão.

Sinalizamos nesta trajetória da profissão o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, que exerce significativa contribuição no que diz respeito à redefinição do Serviço Social brasileiro. É nesse momento que o Serviço Social assume o compromisso com a classe trabalhadora, defendendo, sobretudo, a democratização e a ampliação dos direitos sociais e políticos.

Para Iamamoto (2012), o marxismo vai imprimir direção ao pensamento e à ação do Serviço Social, e ainda permear as ações voltadas á formação de assistentes sociais na sociedade brasileira. Daí se ganha visibilidade um novo momento, assim como também uma nova qualidade no processo de recriação da profissão, buscando, sobretudo sua ruptura com seu histórico conservadorismo, assim como também no avanço da produção de conhecimento (IAMAMOTO, 2012). Percebemos o significativo amadurecimento do Serviço Social a partir da apropriação do pensamento de Marx, o que reflete também na redefinição da ética profissional, dando-se um novo direcionamento à formação profissional.

Por outro lado, como bem lembra Netto (1996), a ruptura assinalada não significa que o conservadorismo, e com ele o reacionarismo, tenha sido totalmente superado no interior da categoria profissional, pois a herança conservadora, por sinal, constitutiva da gênese da profissão, atualiza-se e permanece presente nos dias atuais, ainda mais favorecida pela atual conjuntura, reatualizada sob novas roupagens e demandas. Evidenciamos que a viabilização do projeto ético político não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista, sobretudo, as transformações que perpassam a sociedade brasileira, e nem tampouco se resolve individualmente.

Na atual conjuntura presenciamos a denominada reatualização do conservadorismo, a qual é favorecida dentre outros, pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, na falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. É nesse sentido que a categoria não está imune aos processos de alienação<sup>5</sup>.

É fundamental destacarmos que o Serviço Social está inserido em um processo contraditório, e especificamente o Serviço Social da década de 1990 se vê confrontado por um conjunto de transformações societárias, e neste sentido é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da questão social, que expressam fundamentalmente a precarização do trabalho e a penalização dos trabalhadores na sociedade capitalista contemporânea. É neste contexto que surgem as alternativas privatistas e refilantropizadas para questões ligadas a pobreza e a exclusão social.

---

<sup>5</sup> Alienação: É o estado do individuo que não mais se pertence, ou seja, que não detém o controle de si mesmo que se vê privado de seus direitos fundamentais, passando a ser considerado uma coisa. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 07).

## 2.2 A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SUAS

A Política Nacional de Assistência Social (2004) vem, sobretudo, expressar as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília e se coloca na intenção de materializar as diretrizes da LOAS e dos princípios enunciados na Constituição Federal de 1988, os quais visualizam a assistência social como política social inserida no sistema de proteção social brasileiro no campo da seguridade social. A PNAS-2004 explicita e torna claras as diretrizes para efetivação da assistência social como direito de cidadania e de responsabilidade estatal apoiada, sobretudo, em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, e que esteja também de acordo com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais Básicas (NOBs).

Portanto, é a partir da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que se segue o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovado em 2005 pelo Conselho Nacional de Assistência Social, sobre o qual trataremos mais adiante.

Nesse sentido percebemos que a implantação da PNAS e do SUAS tem liberado, em todo território nacional forças políticas que, é claro, com muita resistência, disputam atualmente a direção social da Assistência Social, ou seja, uma assistência voltada para a justiça social e direitos sociais, que devem ser apreendidas como prerrogativas fundamentais no que refere-se à estrutura de organização assim como também no que diz respeito à gestão e controle das ações da assistência social. Logo, a PNAS afirma a necessidade de articulação com as demais políticas, o que requer que as ações públicas devam ser, sobretudo, integradas no que concerne ao enfrentamento das expressões da questão social.

Segundo Raichelles (2000), a PNAS permite situar a Assistência Social no campo da proteção social não contributiva, de forma que aponta para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais e sociais, tendo em vista que as desigualdades e a pobreza, inerentes à sociedade capitalista contemporânea, engendram diferenciadas formas de desproteger a sociedade, o que conseqüentemente exigirá atenção estatal para o seu enfrentamento. Neste sentido a PNAS irá estruturar-se de forma que atenda a dois níveis de atenção, quais sejam: Proteção social básica e proteção social especial (RAICHELLES, 2011).

No que se refere à proteção social básica, esta apresenta caráter preventivo e visa contribuir para a inclusão social. Tem como objetivos prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e privações, tais como: ausência de renda e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero, dentre outros) (PNAS, 2004)

Os serviços de proteção social básica deverão ser executados de forma direta nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Este se constitui como unidades de referência que atende o tipo de proteção assinalada, o qual possuem importante significado no contexto de construção do SUAS. Nesse contexto, o CRAS passa a ser considerado a porta de entrada do sistema único de assistência social, e que, sob financiamento federal, estende-se por grande parte do território brasileiro.

O CRAS é a unidade público estatal de referência do SUAS que, pela oferta de serviços, benefícios e atividades socioassistenciais, materializa direitos à proteção social de assistência social, como dever de Estado. A implantação do CRAS deve demarcar a presença do Estado em territórios de maior vulnerabilidade social, fato que na análise de Yasbek(2011), deve possuir, dentre outras, a possibilidade de atribuir e firmar identidade à assistência social, área ainda considerada pouca visibilidade no conjunto das políticas sociais.

Em suma, o CRAS realiza, sobretudo, a função de trabalhar junto às famílias na perspectiva do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, dentre outras funções, de forma que atenda as necessidades de proteção social na perspectiva da atuação preventiva, antecipando-se à ocorrência de riscos e prevenir situações de riscos sociais, para tanto o CRAS deve estar localizado em áreas que possuam maiores índices de vulnerabilidade social, e deve abranger um total de 1.000 famílias por ano (BRASIL, 2005).

No que se refere aos serviços de proteção social especial, estes se voltam para indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, violência, dentre outros. Destinam-se ao enfrentamento de situações de risco em famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou que se encontrem em situações nas quais já tenha ocorrido o rompimento dos laços familiares e comunitários. Tais serviços ainda podem ser de média ou alta complexidade.

Em síntese, a PNAS-2004 faz referência a diversos aspectos que devem ser contemplados na política de assistência social na contemporaneidade como elencado no

percurso traçado, assim como também aborda a matricialidade sociofamiliar, as questões relacionadas ao financiamento, ao sistema de informação e, merece destaque por fim a questão da política de recursos humanos que tem como parâmetro principal a formação de quadros para a operacionalização da PNAS e do SUAS. O que torna fundamental:

A resignificação da identidade de trabalhador da assistência social, referenciada em princípios éticos, políticos e técnicos, qualificada para assumir o protagonismo que a implantação do SUAS requer (capacita SUAS, 2008, v. 1, p. 33).

Na perspectiva de atender os supostos ‘requisitos’ assinalados em material do capacita SUAS, é fundamental que os profissionais possuam ou estejam em processo de construção de um ‘aparato’ teórico, metodológico, ético, político, prático, operativo, e, sobretudo, profissionais críticos que sejam capazes de perceber ou refletir os fios invisíveis que perpassam as relações sociais.

Outra questão que merece ser destacada diz respeito ao pouco investimento em capacitações para os profissionais da assistência social, assim como também deve-se investir em pesquisas e/ou investigações na perspectiva de conhecermos o real solo que estamos pisando. Noutras palavras, é preciso conhecermos e nos aprofundarmos de forma crítica da realidade social e das suas contradições. Nesse sentido, consideramos a afirmativa descrita por Yolanda Guerra (2007, p. 31):

De posse de um projeto que nos clarifica os objetivos profissionais e os valores, que contenha o referencial teórico metodológico que nos permita fazer a crítica ontológica do cotidiano, da ordem burguesa e dos fundamentos conservadores que persistem na profissão, que lance luzes sobre nossas possibilidades de escolhas e nos oriente para determinada direção social, estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito do mercado de trabalho.

Identificamos que à medida que apreendemos os princípios que norteiam o projeto ético-político estamos diante das possibilidades para questionar critérios de elegibilidade que são focalistas, que tratam direitos como privilégios, enfim, todo o arsenal que perpassa o contexto da ideologia neoliberal a qual impõe limites, mas também possibilidades para o desenvolvimento de competências profissionais na direção do projeto ético político.

Dos avanços contidos na Constituição Federal de 1988 e da forma como a política neoliberal ataca de forma avassaladora as políticas sociais, destaca Raichelles (2011, p. 34):

Os avanços constitucionais por um lado, apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro lado, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social.

Nesse sentido, podemos sinalizar que a política de assistência não vem sendo implementada conforme preconiza a legislação em vigor. O maior obstáculo para a sua efetivação como direito de cidadania vem sendo dado pela ofensiva neoliberal que, desde os anos 1990 até os dias atuais, tem promovido a retração dos direitos de cidadania. Tais retrações são condições inerentes da ideologia neoliberal o que independem da boa vontade do profissional no que diz respeito à efetiva ou completa implementação da referida política. Percebemos uma conjuntura dramática, dominada pelo crescimento da pobreza e da desigualdade social no país, contexto que não pode ser considerado isoladamente, mas sim dentro de um contexto macrosocial.

No entanto é fundamental que reconheçamos os avanços quando analisamos toda a trajetória da política de assistência social no Brasil, tendo em vista que esta transita da mera filantropia, da ajuda aos pobres, dentre outros e ganha legitimidade e lugar específico na Constituição Federal de 1988 como política pública, portanto de direito e de responsabilidade estatal.

Por outro lado, o ideário neoliberal abala e até mesmo retira de cena a responsabilidade do Estado, de forma que precariza os serviços oferecidos com políticas focalizadas, direcionadas apenas para uma parcela da população em que possuam carências pontuais, despolitizadas, ou seja, falta de ação do Estado para o combate das demandas sociais em prol do acesso universal aos serviços e privatistas. A responsabilidade passa a ser do mercado e da sociedade civil, sendo utilizada num processo econômico rentável e as políticas compensatórias visam oferecer apenas os mínimos sociais, precarizando ainda mais os serviços. Tais políticas irão demandar profissionais que simplesmente executem e não profissionais críticos com capacidade teórica e compromisso ético político. E a política social vai se situar numa arena conflituosa, em que a necessidade posta pelo usuário e a disponibilidade de serviços públicos de proteção social torna-se desafiante. Percebe-se a manutenção de traços conservadores no que diz respeito ao financiamento, gestão e execução das políticas, o que resulta num modelo característico do neoliberalismo.

Portanto, a fundamentação teórico-metodológica pode ser vista como o caminho necessário para a construção de novas alternativas no exercício profissional constituindo-se como um embasamento fundamental para a categoria profissional, porém insuficiente e pode até ser considerada falsa se considerada isoladamente, tendo em vista que: “O domínio teórico metodológico só se completa e se atualiza ao ser frutificado pela história, pela pesquisa rigorosa das condições e relações sociais particulares em que se vive” (IAMAMOTO, 2012, p. 54).

Desse modo, a ênfase destacada requer fundamentalmente o acompanhamento da dinâmica dos processos sociais, como condição, inclusive, para a apreensão das problemáticas cotidianas que se apresentam no exercício profissional. É preciso evidenciar que o domínio de uma perspectiva teórico metodológica, desconectada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de uma base técnico-operativa em que sendo isoladas uma da outra não se apresentam suficientes para fornecer novos direcionamentos ou caminhos ao trabalho profissional, tendo em vista, por exemplo, que apenas a metodologia vai nos fornecer apenas uma suposta ‘lente’ para leitura e explicação da realidade social, mas, para além disso, se faz necessária a apropriação dessa realidade.

Da mesma forma, podemos afirmar que apenas a inserção política desvinculada de uma rigorosa fundamentação teórico-metodológica, mostra-se insuficiente para decifrar as determinações dos processos sociais, ou seja, o mero engajamento político, descolado de bases teóricas e do instrumental operativo para a ação é insuficiente para iluminar novas perspectivas para o Serviço Social.

Dessa forma, julgamos necessário refletir a respeito do Serviço Social na atualidade com o propósito de apreender os entraves que perpassam, sobretudo, a atuação do profissional. De tal modo, podemos evidenciar o que de fato a atual conjuntura requer deste profissional e a forma como esta reflete nos usuários dos serviços, bem como na própria atuação profissional.

É com o propósito de entender, refletir e analisar o Serviço Social na atualidade, bem como os desafios e possibilidades presentes na atuação profissional que apresentamos o item seguinte.

### 3 O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Segundo Yamamoto(2012), o Assistente Social tem sido um profissional que implementa políticas sociais, especialmente políticas públicas, porém o mercado exige o trabalho deste profissional no campo tanto da execução como na formulação e gestão de tais políticas. Nesse sentido, julgamos pertinente enfatizar as concepções fatalistas e messiânicas as quais perpassam o processo histórico do Serviço Social, situando os limites bem como as possibilidades das exigências que desafiam a atuação e intervenção profissional. A concepção fatalista considera a realidade como se tudo já estivesse dado em sua forma definitiva, os seus desdobramentos pré determinados e os limites estabelecidos de forma que pouco se pode fazer para alterar essa realidade. Tal concepção se afirma como determinista e a- histórica, noutras palavras, considera que tudo está determinado, portanto não permite fazer nenhuma relação com o processo histórico, ou seja, não se faz uma análise da forma como a história embutida nos processos sociais deixam marcas na sociedade na sua plenitude bem como no interior da profissão.

Já a concepção messiânica configura-se naquela visão heroica do Serviço Social, a qual considera a subjetividade dos sujeitos, bem como a sua vontade política sem confrontá-las com os limites postos pela realidade. Seguindo esse contexto é possível apreender a necessidade de olharmos para fora do Serviço Social para romper tanto com uma visão rotineira como também com uma visão desfocada da realidade.

Percebemos que tanto a primeira quanto a segunda concepção não levam em consideração os processos sociais em curso, restando para os profissionais analisar e refletir a respeito da atuação profissional diante dos processos sociais, em sua inegável contradição. E fazendo um paralelo com as políticas públicas, percebemos que a reflexão não pode ser diferente, devendo-se levar em consideração o quadro sócio histórico, ideopolítico, estrutural e conjuntural da sociedade, assim como também refletir como caminha a luta de classes diante dos interesses dominantes e hegemônicos do capital, bem como do seu estágio de dominação. Daí pode ser sinalizado ou apreendido os limites e possibilidades que perpassam a atuação profissional do Assistente Social, tendo em vista o enfrentamento de uma conjuntura cujo foco principal está direcionado para as metas estabelecidas pelos famosos organismos internacionais, que por sua vez definem como devem ser a ação do Estado sobre as expressões da questão social e, ainda como devem funcionar as políticas sociais em termos de prioridade, financiamento e alcance.

Não podemos negar que a Constituição Federal de 1988 traz avanços em termos legais no que diz respeito aos direitos. As políticas públicas passam a ser implementadas pelo Estado, porém em contrapartida, e especificamente em um curto espaço de tempo, presenciamos a sua ameaça pelo neoliberalismo que traz em sua base a privatização e a desregulamentação do Estado com a realização das denominadas contra reformas, as quais passam a submeter as políticas sociais à um caráter privado e mercantilizado. E com isso se propaga a idéia liberal de que o bem estar social pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades, no sentido de que a intervenção do Estado no atendimento as necessidades sociais é pouco recomendada, sendo transferida ao mercado e à filantropia as alternativas aos direitos sociais(IAMAMOTO, 2009).

O contexto esboçado se caracteriza pela desregulamentação das políticas públicas, bem como dos direitos sociais. Percebemos que a atenção a pobreza é deslocada para a iniciativa privada ou individual e ainda impulsionada por motivações solidárias e benemerentes, submetida ao arbítrio do individuo isolado e não á responsabilidade pública do Estado, que por sua vez se mostra forte para sustentar o financeiro e ineficiente para intervir no social. Presenciamos, portanto um cenário propício á objetivação de idéias e práticas neoconservadoras e individualistas, mas que coexistem com uma forte história de lutas inserida no universo de resistências da sociedade brasileira, as quais nos permite enfrentamento. É preciso considerar a resistência e a luta como processos construídos, pensados e redefinidos em cada conjuntura histórica.

Mas, por outro lado percebemos que o capital sempre cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos domínios e objetivos de acumulação o conjunto das relações sociais, quais sejam: a economia, a política e a cultura(IAMAMOTO, 2009).

Assim, evidenciamos as manifestações nefastas que o capital cria para sempre se reinventar em todas as áreas que perpassam as relações sociais, tendo em vista a necessidade capitalista de manutenção e propagação de sua lógica perversa.

Portanto, adotar intervenções sociopolíticas que se somem às lutas da classe trabalhadora e se colocar em oposição à conjuntura neoliberal e á sociedade capitalista, buscando o fortalecimento dos sujeitos, e lutando sempre por outra organização social, bem como pela consolidação e ampliação dos direitos duramente conquistados são prerrogativas que seguem o norte do projeto ético político do serviço social, assim como também as possibilidades de sua materialização.

Nesse sentido, o projeto ético político do Serviço Social demandará um profissional que tenha construído um rigoroso domínio teórico-metodológico e que conseqüentemente adote uma postura investigativa, o que visa, sobretudo, fazer um apanhado das tendências do desenvolvimento histórico. Para tanto, o profissional:

deve pautar-se numa teoria crítica e inclusiva que busque compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente naturalidade, suposta liberdade e igualdade formal de condições, como o único e último modo de produção social, mas ao contrário, que faça a crítica ontológica<sup>6</sup> do cotidiano(GUERRA, 2007, p. 16).

Diante do exposto, corroboramos com a autora no sentido da real necessidade da apropriação da teoria crítica para a compreensão da totalidade que perpassa a sociedade capitalista. Sendo ainda necessário apreender sua crise estrutural e supostas possibilidades de transformação social, do que decorre, segundo Guerra (2007), de se estabelecer uma intervenção consciente e sistemática nas contradições geradas pelo movimento da realidade pela via das suas mediações.

Portanto, fazer a crítica aos fundamentos da cotidianidade tanto daquela em que o assistente social encontra-se inserido quanto a do cotidiano dos sujeitos sociais a quem presta serviços, configura-se, para Guerra (2007), o desafio central para o profissional de serviço social, no sentido de examinar os fundamentos dessa cotidianidade, analisá-los, reconhecê-los, para conseqüentemente transcendê-los(GUERRA, 2007). Percebe-se nesse sentido a necessidade da apreensão da totalidade social, no sentido de avaliação do contexto contraditório do capital e seus expressivos rebatimentos no cotidiano dos sujeitos sociais.

É evidente que a conjuntura é favorável ao avanço do neo conservadorismo teórico dentro da profissão, por isso é sempre importante estarmos pensando e repensando o exercício profissional dos Assistentes Sociais através de uma perspectiva crítica que nos permita refletir sobre os desafios postos aos profissionais e a profissão em defesa da materialização do projeto ético político do Serviço Social, tentando referenciar-se por uma prática que possua uma clara direção sociopolítica. Deste modo, ainda que o profissional continue atuando sob os fundamentos capitalistas, é claro, expressos no cotidiano profissional, assim como também no das classes sociais, é preciso compreender, e sobretudo refletindo acerca do significado de sua prática no contexto das relações sociais.

---

<sup>6</sup> ONTOLÓGICO: Marx pensou o homem como ser social determinado, considerando a história como parte do processo global. Nesse sentido a ontologia do ser social em Marx fixa formas de existência determinadas historicamente (acesso em: [www.eumed.net](http://www.eumed.net), em 31/10/14).

É, portanto essa perspectiva que nos permite perceber que o atual quadro sócio histórico da profissão não se reduz meramente ao passado sobretudo da profissão, mas, ele atravessa e conforma o cotidiano profissional do Assistente Social, afetando assim as suas relações de trabalho, bem como as condições de vida dos usuários dos serviços sociais, daí a importância da apreensão da totalidade social (IAMAMOTO, 2009). Por isso para analisar a profissão na atualidade se faz necessário romper com uma visão endógena, ou melhor focalista, aquela cujo olhar estar direcionado apenas para dentro do serviço Social, se eximindo de toda análise precisa para o conhecimento dos processos sociais, que perpassam a sociedade capitalista.

Se faz necessário observar as várias contradições que caracterizam as relações sociais estabelecidas na nossa sociedade atravessada por ditames capitalistas, cujas peculiaridades sustentadas no ideário neoliberal atingem cada vez mais o exercício profissional do Assistente Social e, conseqüentemente as suas estratégias político-profissionais em defesa da classe trabalhadora. É importante enfatizar nesse contexto o que Netto (1996) denomina de transformações societárias, tendo em vista que estas afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem significativamente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, dentre outras. Para Netto (1996) é nas transformações societárias que o capital encontra alternativas ou estratégias para a crise.

Então, somente uma perspectiva teórico-crítica que permita apreender o movimento histórico, que visualizam as transformações societárias em curso e a negatividade que tais transformações comportam. É, principalmente esta perspectiva vinculada a um projeto social anticapitalista que podem assegurar que toda acumulação profissional recentemente abrigada sejam potencializados e atualizados.

É pois nesse sentido que Iamamoto (2012) pontua a necessidade que a atualidade nos impõe. Para tanto, é preciso ampliarmos as nossas análises, no sentido de apreender o movimento das classes sociais e do Estado e suas relações com a sociedade, o que logo possibilitará uma análise mais clara e objetiva das particularidades profissionais. É preciso ter clareza que as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do Assistente Social, mas sim do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais esse mesmo trabalho se realiza. (IAMAMOTO, 2012).

### 3.1 AS CONDIÇÕES E RELAÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Partimos do pressuposto de que o conhecimento configura-se como meio de trabalho, ou seja, sem ele, o trabalhador especializado (Assistente Social) não consegue efetuar o seu trabalho. Logo o conhecimento não pode ser aqui dispensado, pois é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser desenvolvido. Assim o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridas no processo formativo deste profissional constituem parte primordial dos seus meios de trabalho. Porém sabemos que o Assistente Social não detém todos os meios necessários para a efetivação do seu trabalho, seja estes meios<sup>7</sup>, financeiros, técnicos, e humanos, noutros termos, esse profissional depende de recursos que geralmente não estão sob seu controle, ou seja os meios ou recursos necessários ao exercício desse trabalho são fornecidos pelas entidades empregadoras. É neste sentido que a condição de trabalhador assalariado enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho e de certa forma adapta a sua inserção sócio institucional na sociedade brasileira, ou seja, da sua necessidade no contexto social.

Nesse sentido, a reflexão a respeito dos processos de trabalho no Serviço Social é importante porque nos auxiliam a pensar, a ampliar uma auto consciência dos profissionais quanto ao seu trabalho o que possibilita ainda ultrapassar uma visão isolada da prática do Assistente Social como atividade individual do sujeito. Deve-se ampliar sua apreensão para um conjunto de determinantes que interferem na configuração social desse trabalho, o que requer analisar suas características particulares tendo em vista que a conjuntura atual coloca desafios dos mais complexos ao mundo do trabalho e que é óbvio rebatem no trabalho do Assistente Social, cuja força de trabalho como sinalizada anteriormente é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho, em que tais relações dentre outros aspectos determinam as atividades/projetos para os quais o profissional é contratado, limitando a sua autonomia<sup>8</sup> que por sinal será relativa ao contexto sócio-histórico e a capacidade estratégica do profissional.

---

<sup>7</sup> Mediação: Categoria de análise que requer a apropriação do método dialético, o qual se caracteriza pela perspectiva de totalidade. A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque se constitui como uma categoria objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito. Deve-se ultrapassar o plano da imediatez –aparência, em busca da essência para reconstruir o próprio movimento do objeto (PONTES 1995).

<sup>8</sup> Autonomia relativa: Tipo de autonomia que coloca limites na atuação profissional, ou seja, o profissional não detém todos os meios para realização do seu trabalho, logo depende do Estado, da empresa, recursos institucionais, dentre outros (IAMAMOTO, 2012).

Seguindo esta mesma perspectiva de análise, Guerra (2007) reforça a idéia de que o exercício profissional mediado pela lógica do mercado sofre um redimensionamento exatamente pelas alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. É exatamente a partir dessas mudanças que serão incorporadas a lógica da produção capitalista, o que conseqüentemente altera as condições e relações de trabalho para o exercício profissional. Se faz necessário destacar a perspectiva de Netto (1996) no que diz respeito às alterações no mercado de trabalho, o que necessariamente reflete no exercício profissional, ou seja, são introduzidas novas modalidades de contratação, aquelas mais flexíveis, do tipo emprego precário; cria-se novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia, dentre outros) enfim, exige-se um trabalho cada vez mais qualificado, e se conserva um padrão de exploração que agora se revela ainda mais acentuado. Com isso fica evidente que o profissional de Serviço Social não pode ser caracterizado como um profissional liberal, pois ele não detém todos os meios de produção.

Segundo Guerra (2007), nas atuais condições e relações do exercício profissional um conjunto de mediações conforma este processo, quais sejam: a ameaça ao desemprego, o achatamento salarial, a precarização das relações de trabalho, o aprofundamento do processo de pauperização, a mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho, que estabelece dentre outros critérios, as metas de produtividade, os salários, a jornada de trabalho, o perfil profissional, suas funções e atribuições, enfim é toda uma lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais assim como também as políticas sociais, passando dessa forma a constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, configurando concepções de eficácia, eficiência, produtividade, competência, de acordo com as exigências do mundo burguês para a acumulação e valorização do capital (GUERRA, 2007).

Portanto, sendo o profissional de Serviço Social um executor terminal das políticas sociais, é fundamental que se faça a análise constante da realidade sócio-histórica para se apreender de fato a profissão e seus permanentes desafios, com destaque para a precarização das relações de trabalho. É possível fazer esse desvendamento a partir de macro-análises da totalidade da vida social em cada período histórico.

Logo, refletir sobre o trabalho do Assistente Social na cena contemporânea nos convida e nos instiga para a análise do projeto ético político do Serviço Social, tendo em vista que tal projeto se configura como consequência de lutas travadas principalmente pela categoria dos Assistentes sociais.

### 3.2 A DEFESA DE DIREITOS COMO CULTURA PROFISSIONAL

A luta por direitos sociais e humanos influenciou desde o início o processo de construção de um projeto profissional comprometido com projetos coletivos mais abrangentes e com valores emancipatórios. Porém, a tendência no campo da luta social, mesmo que comprometida com os interesses das classes subalternas, e, portanto, contrária à conjuntura neoliberal posta pela atual crise do capital, tem se limitado as reivindicações atreladas ao universo dos direitos sociais instituídos pelo pacto fordista/keynesiano, que se traduziu em conquistas políticas e sociais da classe trabalhadora (GOMES, 2013).

É nesse contexto, sobretudo cultural, que a luta pela defesa dos marcos democráticos, especialmente a reivindicação pela afirmação de direitos se explicita com mais ênfase no âmbito do Serviço Social contemporâneo, tendo em vista que a profissão tem protagonizado, ao longo dos anos 1990, a construção de um projeto profissional claramente comprometido com as demandas da classe subalternizada e portanto vinculado às lutas sociais anticapitalistas. Nesse sentido o projeto profissional do Serviço Social está vinculado a um projeto societário transformador, tendo em vista que a profissão criou as condições para estabelecer uma direção sócio política voltada para os interesses das classes subalternas, o que norteia sua formação e exercício profissional para além de seu horizonte imediato e sua utilidade social. noutras palavras, o Serviço Social é capaz de refletir e compreender a sociedade na qual está inserida, sobretudo sua inegável contradição.

O projeto ético político do Serviço Social carrega consigo a nitidez, seguindo a herança cultural da teoria marxiana, ou seja, é no movimento histórico da realidade social que a luta pela transformação do existente se gesta, seguindo uma perspectiva de futuro, e um horizonte de concreção emancipadora. As pilastras do projeto ético político do serviço Social são marcadas por lutas, reivindicações e resistências.

São as reivindicações que se internalizam no Serviço social, as quais passam a negar as bases conservadoras da profissão, aproximando-se das demandas e necessidades das classes subalternizadas. É desta perspectiva que se originam a tendência cultural e institucional, voltada a conceber o usuário como portador de direito, o que supõe naquele momento, a necessidade de se pensar estratégias profissionais que dessem conta de organizar e mobilizar os trabalhadores, o que logo integra a possibilidade de preparar as classes subalternas para a defesa da contra hegemonia, de modo que a classe trabalhadora se constitua

com base em uma nova cultura, fundada sob uma nova racionalidade, a fim de se construir uma outra sociabilidade.

Verifica-se, portanto, o esforço extraordinário de uma frente profissional em construir um projeto profissional que jogasse por inteiro numa ruptura com o seu passado conservador, o que adequa os ideais de uma cultura política emancipadora das estruturas de exploração e dominação da sociabilidade do capital. No entanto, o debate sobre a luta pela defesa dos marcos democráticos, especialmente a reivindicação pela afirmação de direitos, se apresenta nas discussões promovidas nacionalmente pela categoria, a qual é problematizada com maior ênfase na conjuntura dos anos 1990 de forma superestimada, como se estes viessem a suprimir as desigualdades sociais.

Percebemos a necessidade de uma análise sobre as tendências atuais do debate contemporâneo que informam a cultura profissional, verificando como tais tendências tem se expressado, influenciado e contribuído para o fortalecimento da cultura emancipatória, a qual vem sendo condicionada pelo acúmulo do debate promovido pela categoria, bem como do seu esforço em materializar os princípios e valores contidos no projeto profissional e nas frentes de luta em defesa da democratização da sociedade, das políticas públicas, dos direitos de cidadania e do compromisso com as lutas sociais anticapitalistas.

Nesse sentido, o Serviço Social se mostra totalmente vinculado ao universo dos direitos, o que não é recente, tampouco são desconhecidos os esforços coletivos dos profissionais em construir uma cultura profissional vinculada, sobretudo, a um projeto anticapitalista.

Porém, há indicações de certo esgotamento das possibilidades civilizatórias nessa nova ordem, a qual tende a projetar a vida social ao nível de barbárie mais acentuado, o que segundo Cláudia Gomes(2013) tem conduzido o debate da cultura política atual –incluindo aí os herdeiros das melhores tradições democráticas para uma espécie de consenso em torno dos direitos, o que logo vem se apresentando como expressão legítima e necessária para o enfrentamento dos reais problemas postos pela ofensiva neoliberal do capital em crise.

Nesse sentido é possível sinalizar duas tendências<sup>9</sup> distintas que vem se delineando nesta conjuntura em relação ao compromisso profissional com a luta das classes na perspectiva emancipatória, as quais perpassam o âmbito do projeto profissional:

---

<sup>9</sup> Emancipação humana e emancipação política: A primeira é aquela que não elimina as contradições da sociedade, não produz a liberdade e a igualdade efetiva entre os homens. A segunda se constitui no projeto do proletariado, ou seja, da sociedade verdadeiramente livre e igual, sem nenhum tipo de exploração.

Uma que se limita aos compromissos com as lutas das classes subalternas pela defesa dos direitos civis, sociais e políticos, da democracia e justiça social que consubstanciaram a experiência do chamado Estado de bem-estar, muitas vezes tida como o fim da intervenção profissional.

A outra que se refere ao compromisso profissional com as lutas da classe subalternizada, no sentido de superação da ordem burguesa e construção de uma nova sociedade, a socialista, a qual supõe a ultrapassagem das lutas no campo dos direitos, ou seja, nos limites da sociedade burguesa.

Portanto, a tendência que atravessa o debate no Serviço Social nos anos 1990, que por sinal é determinado pela reorganização da cultura imposta pelo capital em crise, como expressão de um novo conformismo social, tem alterado ou vulnerabilizado a formação da cultura profissional na perspectiva emancipatória vinculada à luta anticapitalista, a qual é constituída no projeto profissional.

No âmbito da cultura profissional os anos que marcam o início de um novo século serão investidos em uma agenda de intervenção e debates em torno da defesa e radicalização dos direitos, o que é uma reivindicação salutar, se entendidas como conjunto de reformas reais e favorecedoras de ganhos efetivos para a massa dos trabalhadores, ainda que sob a ordem do capital (GOMES, 2013).

Nesse sentido percebemos que o discurso da afirmação, consolidação e ampliação dos direitos fica no centro do debate profissional, o que é recorrente na literatura profissional política e acadêmica, passando a supervalorizar o debate sobre os direitos, o que acaba corroborando com as tendências mais gerais da cultura política contemporânea, as quais resguardam as divergências políticos-teóricas para postular, através do discurso do direito, um ideal de sociedade justa, que seja compatível com o pluralismo democrático do mundo atual.

Portanto, o debate sobre os direitos vai se colocar como formação de cultura profissional, firmado, sobretudo, a partir a partir do contexto profissional dos anos 1970, o qual está diretamente vinculado aos esforços do coletivo profissional no que diz respeito ao avanço do seu projeto profissional.

Porém, a luta por direitos é estratégica, tendo em vista que o tempo de incertezas que a sociabilidade contemporânea projeta a todos. Assim os direitos são tidos como funcionais e corretivos diante dos efeitos produzidos pela acumulação do capital, o que logo faz avançar os níveis de cidadania.

Mas, ao tomar a cidadania e seus respectivos direitos como solo fértil para a construção de outra forma de sociabilidade, perde-se de vista a centralidade real e

contraditória entre emancipação política e emancipação humana. Aqui se recusa a humana e afirma a política como única forma possível e legítima na construção de outra forma de sociabilidade. O direito se constitui como complexo social importante para o avanço político da emancipação em torno das objetivações democráticas, mas não se deve incorrer no erro de tomá-lo como estratégia na construção de uma sociedade verdadeiramente livre e igual. Noutras palavras é preciso destacar que o nível de luta no qual nos encontramos ainda é muito primário, o que não ultrapassou a esfera da cidadania e direitos.

Considera a autora:

o máximo que se pode chegar com a efetiva garantia de direitos é o bem-estar promovido pelo Estado, como mediação necessária para sua realização, mas não a superação da desigualdade, porque a propriedade permanece intocada, ainda que a expansão dos direitos sociais intimide o livre desenvolvimento do capital(GOMES, 2013, p. 103).

Podemos perceber que o debate sobre os direitos pode se configurar como estratégico nesta conjuntura de crise, justificado em função do crescimento da violação de direitos humanos, o que passa a ser considerado indispensável ao desenvolvimento, valorização e melhoria das condições humanas. É nesse contexto que a categoria dos Assistentes Sociais orienta seus debates.

Nesse sentido o tratamento dado a compreensão dos direitos humanos é deslocado das determinações estruturais da sociedade de classe, o qual tende a seguir as prerrogativas de ordenar a sociedade segundo interesses e o poder da classe dominante.

Logo, na medida em que se absorve o discurso do direito a ter direitos, como lema em torno das bandeiras de luta por reformas democráticas, corre-se o risco não só de reduzir ao âmbito dos sujeitos privados a exploração vivenciada por uma massa de indivíduos oprimidos, bem como tende a se distanciar da correta compreensão dos efeitos que a produção ideológica pode acarretar às práticas sociais em sua elaboração de visão de mundo e movimentos de resistências. Assim, na medida que se sai do âmbito da luta anticapitalista para a defesa da democracia burguesa, levando em consideração a configuração que assumem as práticas dos sujeitos coletivos no cenário atual, distancia-se esses sujeitos de uma perspectiva crítica que pode se transformar em poder material e capacidade de fazer prosseguir na compreensão e na luta emancipatória (GOMES,2013).

Consideramos significativa a luta em benefício de qualquer reforma democrática no âmbito do capitalismo, principalmente no Brasil, onde temos um índice muito elevado de

desigualdade social, porém, segundo a autora essa luta não pode se limitar a emancipação política, tendo em vista que as revoluções políticas não significam, em hipótese alguma revolução social. A emancipação política não pretende eliminar as contradições existentes na sociedade, não produz a liberdade nem a igualdade efetiva entre os homens. Ela permite que o Estado seja livre sem que o homem seja um homem livre. Noutras palavras não encerra a exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido os desafios postos à profissão exigirão do coletivo profissional, colocar a prova seus interesses e os de sua direção sociopolítica, o que já é considerada inapelável, pois tendemos a retomar o neoconservadorismo no Serviço Social, sobretudo na conjuntura atual (GOMES, 2013). Não podemos nos deixar conduzir pelo debate sobre o direito burguês. Pois o compromisso de Marx, ao contrário, era com a organização da multiplicidade das lutas operárias, visando um movimento anticapitalista universal. Portanto, a emancipação política não é a forma consumada de emancipação humana, pois ela não aponta para uma reconfiguração das bases materiais de existência, mas sim reproduz o modo de viver alienado do cidadão burguês.

Reafirmamos que a estratégia revolucionária se configura como inapelável contra a ordem social burguesa, a qual deve ser tomada como suposto na organização política da classe trabalhadora, em que a crítica se constitui como arma indispensável, porém com o devido esforço de transformá-la em poder material.

Então, levando em consideração que a ética perpassa as relações sociais, é possível afirmar que a partir da ética podemos apreender e refletir à respeito das causas e consequências da exploração do homem pelo homem, bem como possibilita-nos buscar transformação, ou estratégias para sua superação. Isso é o que nos propõe o projeto ético político do Serviço Social, ou seja, a construção de uma nova ordem societária, sem que haja nenhum tipo de exploração.

#### **4 PROJETO PROFISSIONAL E O CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL: RUMOS NORTEADORES**

O projeto profissional do Serviço Social desfruta de hegemonia no interior da categoria dos Assistentes Sociais e corresponde à uma auto imagem do Serviço social como uma profissão comprometida com a defesa dos direitos, fator que sinaliza uma ruptura com o passado da profissão (RAMOS, 2009). O denominado movimento de intenção de ruptura pode ser sinalizado como um dos marcos de tentativa de rompimento com o passado da profissão, onde percebia-se a necessidade de construção de um novo destino profissional, buscando romper com o tradicionalismo e suas implicações teórico-metodológicas e práticas profissionais. Porém, a denominada ruptura não significa que o conservadorismo tenha sido superado no interior da categoria profissional, significa apenas que os posicionamentos ideológicos e políticos de natureza crítica e contestadora em face da ordem burguesa conquistam legitimidade, levando em consideração os esforços que já vinham da década de 1970, principalmente no que diz respeito ao rebatimento do movimento da sociedade burguesa.

Neste momento evidencia-se o lugar das universidades, tendo em vista que a graduação a pós-graduação e a extensão tornaram-se as trincheiras de discussão e efetivação das mudanças que se pretendiam. Nesse sentido a formação tornou-se uma das responsáveis pela mudança que se exigia no Serviço Social, e no fazer profissional.

Percebemos que, o projeto ético político do Serviço Social está relacionado, sobretudo, a uma determinada concepção da profissão, ou seja, da sua natureza e do papel que ela propõe desempenhar na sociedade da qual faz parte. E como bem enfatiza os princípios fundamentais do código de ética<sup>10</sup> profissional, o Assistente Social deve optar por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária. Assim sendo evidenciamos que o código de ética não se efetiva sem as ações políticas profissionais entendida como uma forma de atividade prática, organizada e consciente da mesma forma que o projeto profissional não se sustenta sem que seja visibilizado em suas práticas a presença da estrutura ética presente nos códigos de ética das profissões (SILVA, 2012). Vejamos o que nos traz os princípios fundamentais do código de ética de 1993:

---

<sup>10</sup> ÉTICA: Parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral. Fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas. A ética está preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a sabedoria filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 93).

- I Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito á diversidade, á participação de grupos socialmente discriminados e á discussão das diferenças;
- VII Garantia do pluralismo, através do respeito as correntes profissionais democráticas existentes, e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX Articulação com o movimento de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X Compromisso com a qualidade dos serviços prestados á população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questão de inserção de classe social, gênero, religião, nacionalidade, orientação profissional, identidade de gênero, idade e condição física.

É, portanto a partir de 1993 que no Serviço Social se define a ética no sentido de apreender a realidade social em sua totalidade. Por isso o código de 1993 se posiciona contra o moralismo conservador e a moralidade burguesa, o que demandará um novo perfil profissional, não apenas para afirmar um conjunto de normas, mas, sobretudo para lidar com as antigas e novas expressões da questão social. Desse modo a ética permite a ultrapassagem da leitura imediata da realidade (senso comum) e nos dar condições para analisar a realidade em sua completa totalidade.

Nesse contexto percebemos o quanto a auto representação profissional é radicalmente distinta daquela que marcou o nascimento e grande parte da trajetória da profissão no país. É diante da referência aos princípios assinalados que precisamos levar em consideração os códigos de ética profissionais anteriores aos de 1986. Segundo Silva (2012), os códigos de 1947, 1965, e 1975, não fazem nenhuma referência à perspectiva dos direitos, como bem preconiza o código atual. Os valores humanistas cristãos que informavam o Serviço social até então, expressos através do compromisso com a pessoa humana e com o bem comum, apontavam para uma imagem profissional explicitamente tradicionalista, ou seja, a de um Serviço Social atrelado aos interesses dominantes, pautado por uma ética liberal burguesa, que toma a ordem social capitalista como um dado natural e inquestionável e ainda sinalizam como objetivos profissionais, a adaptação e o ajustamento dos indivíduos a esta ordem. Evidenciamos que até 1975 o debate ético segue uma perspectiva moralizadora da questão social e abarcam uma concepção neotomista que são inspiradas numa perspectiva a- histórica, seguindo valores abstratos como, por exemplo, o bem comum e a harmonia, além da defesa da neutralidade. Já o código de 1986 vai materializar a virada do Serviço Social, logo representa uma significativa ruptura com as perspectivas éticas conservadoras que fundamentavam os códigos mencionados anteriormente, porém ainda não fazia referência à opção ao projeto profissional que estivesse vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.

Em suma percebemos a significativa participação profissional na construção histórica da profissão, evidenciamos ainda que as reformulações dos códigos de ética se configuram sobretudo, como expressão do amadurecimento profissional, conquistado a partir de amplas discussões, lutas e resistências.

Compreendemos que esses códigos são expressões da formação existente naquele momento, porém já sinalizavam o projeto ético político da categoria :suas escolhas, seus lados na batalha e sua identidade profissional. É nesse contexto que merece destaque o código de ética de 1993 com foco na necessidade de mudança junto a perspectiva conservadora que o Serviço Social trazia consigo, pois mesmo com o movimento de reconceituação não houve um rompimento absoluto com o conservadorismo na profissão, seguindo com uma nova roupagem. O código de ética de 1993 foi criado como aprimoramento do código de 1986, resultado de um profundo debate da categoria que institui como valor central a liberdade, tendo em vista as bases para a construção de uma nova ordem societária, tal como é sinalizado nos princípios fundamentais. Com isso demanda-se um suporte teórico que afirme uma concepção ética dos valores ético-político, para dar sustentação as normas trazidas por este

código, tendo em vista que os novos padrões éticos não estavam previstos nos códigos anteriores.

É na tentativa de ruptura com a prática profissional tradicional presentes nos primeiros códigos, que se enxerga a possibilidade do profissional assumir o compromisso com o projeto social democrático e, principalmente, o comprometimento com a classe trabalhadora, que é o mesmo projeto que possibilita aos profissionais a construção de respostas às demandas que nos são apresentadas cotidianamente. São demandas que merecem ser avaliadas na perspectiva crítica, de forma que sejam entendidas como partícipe do processo contraditório da sociedade capitalista.

Nesse contexto percebemos que o projeto ético político corresponde também a uma ruptura com o tradicionalismo e ao surgimento de uma nova identidade profissional, noutras palavras, um Serviço Social radicalmente renovado numa direção crítica, fruto da maturação, de uma perspectiva de renovação profissional. Um projeto profissional que se constitui como um guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo (GUERRA, 2007). Assim, a presença de um projeto profissional crítico permite aproximar o profissional das mediações que se constituem ontologicamente no modo de ser, na legalidade tendencial dos processos sociais presentes. Nesse sentido se faz necessário a apreensão das instituições como campo de mediações que particularizam o movimento da legalidade social no cotidiano profissional. Para tanto é necessário:

que se capte a maneira como se expressam neste cotidiano as determinações mais amplas da vida social, a lógica mercadológica, a alienação e a reificação das relações sociais, a exploração e os antagonismos de interesses do capital e do trabalho. Somente a percepção deste movimento permite que o profissional apreenda suas demandas profissionais, já que elas se constituem como expressão do antagonismo de interesses das classes sociais e, como tal, são gestadas na e pela contradição (GUERRA, 2007, p. 18).

Percebe-se que as demandas apresentadas nas instituições só fazem sentido ao serem analisadas na sua articulação com a sociedade na sua totalidade; com o modo de produção capitalista; com as relações sociais; projeto neoliberal, assim como também das reformas pelas quais o Estado passa no intuito de desmontá-lo. Faz-se necessário uma visão mais ampla e profunda da realidade social para que se possa captar as contradições, as possibilidades de intervenção e as perspectivas de seu enfrentamento. Nessa concepção é importante ressaltar que o projeto ético político profissional, sobretudo nos anos 1990, se depara com contradições

sociohistóricas, ideopolíticas advindas exatamente do movimento da sociedade, portanto determinadas pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pós modernidade, processos que infelizmente impõem hegemonia ao grande capital.

Nesse sentido se torna indispensável o fortalecimento do projeto ético político profissional, tendo em vista o direcionamento para uma nova forma de sociabilidade, de modo a intervir, desmistificando o cotidiano e suas relações retificadas pela sociedade capitalista. É objetivo do projeto ético político do Serviço Social direcionar-se para outra sociabilidade que não traga consigo a discrepância entre as classes.

Silva (2012) aponta riscos (internos e externos) a que o projeto ético político do Serviço Social está exposto, os quais devemos observá-los para não incorremos no erro de expor o projeto a estes riscos. Portanto, os riscos internos são aqueles que podem ser confundidos ora com um ecletismo, ora com um imobilismo ou ainda com uma utopia romântica. Portanto num modo de produção cuja principal característica é a exploração e a distribuição desigual de bens e serviços socialmente construídos, é imprescindível analisar as consequências das transformações operadas pelo capital nacional e internacional gerenciadas para todos os profissionais, o que certamente constitui riscos para a materialização do projeto ético político profissional, considerado este último como risco externo (SILVA, 2012). Noutras palavras os riscos externos dizem respeito as constantes transformações que perpassam a sociedade brasileira e que acarretam consequências desafiantes para a profissão bem como para o exercício profissional, e para a materialização do projeto estudado.

Mas, por outro lado, evidenciamos que os elementos constitutivos do projeto ético político do Serviço Social podem se constituir em instrumentos perceptíveis para as possibilidades de materialização do mesmo.

#### 4.1 LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO; DIRETRIZES CURRICULARES E CÓDIGO DE ÉTICA: SINALIZAÇÃO DA MATERIALIDADE DO PROJETO PROFISSIONAL

O projeto ético político da profissão não se encontra condensado em apenas um documento, pois este não se estrutura por meio de apenas um movimento. Na realidade o projeto ético político do Serviço Social está expresso nos documentos jurídicos normativos de caráter abrangente, um exemplo é a Constituição Federal de 1988 e suas leis complementares que dispõem sobre os direitos sociais e os estritamente profissionais. Aqui se faz necessário

um aprofundamento dos últimos, os quais compõem e sinalizam materialidade ao projeto ético político: a lei de regulamentação da profissão; diretrizes curriculares da ABEPSS e o código de ética profissional. É importante ficarmos atentos para o pano de fundo histórico que dá origem ao movimento de encontro de cada um, o que começa a ser gestado nos anos 70 e culmina no que temos hoje.

Quanto à lei de regulamentação da profissão a qual diz respeito ao primeiro item componente do projeto ético político profissional, destacamos que esta lei foi sancionada em 1993-lei 8662/93, substituindo uma lei que vigorava desde 1957. A lei em vigor visa regulamentar a profissão definindo competências e atribuições privativas do assistente social, tendo como objetivo, disciplinar e defender o exercício profissional do assistente social, possibilitando a efetivação da construção autônoma da identidade coletiva da profissão de serviço social, bem como se direciona para a defesa da garantia e ampliação dos direitos. Dessa forma deixa claro que foram atribuídos ao serviço social competências relacionadas à gestão de políticas sociais, à análise da realidade social, as ações de assessoria a entidades, assim como aos movimentos sociais entre outras.

Podemos afirmar, portanto, que a lei de regulamentação da profissão pode ser apreendida como instrumento fundamental para a superação de uma concepção conservadora na profissão. Esta lei se direciona essencialmente para a defesa do espaço de atuação profissional e dos direitos sociais, o que segue a linha do projeto ético político na perspectiva do compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários assim como também da cidadania e da democracia. Mas, observamos que para que o profissional possa desenvolver o projeto ético político em suas dimensões teórico metodológico, ético político e técnico operativos se faz necessário uma permanente análise da realidade social que se constitui no solo histórico da formação e do exercício profissional.

O segundo item que compõe o projeto ético político diz respeito às diretrizes curriculares da ABEPSS. Essas diretrizes se organiza exatamente para não permitir a fragmentação e segmentação das disciplinas. Ao contrário elas apontam caminhos para a formação profissional dotada de capacidade crítica, no entendimento da realidade social, de forma a apreender esta mesma realidade numa perspectiva de totalidade, o que propicia condições objetivas de construção de ações profissionais que estejam comprometidas com o projeto profissional do Serviço Social.

O terceiro elemento que compõe o nosso projeto profissional é o código de ética, fazendo referência principalmente ao de 1993, o qual, segundo o CFESS(1993), se revela totalmente comprometido com valores emancipatórios, universais, vinculado a um projeto de

transformação da sociedade. Seus fundamentos éticos se pautam por valores radicalmente humanos e democráticos, atravessados por um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos. Logo, esses princípios e valores devem se configurar como contribuição para o fortalecimento do projeto profissional dos Assistentes Sociais nas suas respectivas intervenções profissionais. Mas, ao mesmo tempo devemos ter a compreensão que a ética não pode ser reduzida a dimensão normativa do código, para isso exige-se reflexões e ações críticas no cotidiano profissional, o que tem como norte a liberdade, a democracia, a justiça social, a equidade e a emancipação humana.

Compreendemos que a noção de liberdade destacada no código de ética, diz respeito à liberdade como capacidade humana, criativa e transformadora, ou seja, a liberdade construída como prática social e não a partir de um indivíduo isolado. Ao contrário da noção de liberdade imposta pela sociedade capitalista, a qual faz menção exclusivamente a livre iniciativa do mercado e a defesa da propriedade privada e do individualismo.

Quanto à concepção de democracia destacada, dar-se ênfase a ultrapassagem da ordem capitalista, remetendo-se, sobretudo, à socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Em síntese o código de ética traça uma direção social anticapitalista e anticonservadora, constituindo-se como um dos instrumentos normativos mais significativos que expressa o projeto profissional do Serviço Social, tendo em vista que evidencia uma auto-imagem da profissão, tratando ainda dos seus compromissos, valores e de sua direção social. Dessa forma deixa evidente a necessidade de rompimento com a suposta neutralidade do exercício profissional, mediatizadas pela vertente conservadora.

Julgamos relevante apontar a reflexão de Iamamoto (2012) quanto à consolidação do projeto ético político do Serviço Social na contemporaneidade, o que nos possibilita perceber que os valores e princípios éticos-políticos radicalmente humanos que iluminaram todo o percurso histórico dos Assistentes Sociais, enfrentam atualmente um forte embate com o denominado fetiche do mercado e do consumo. O pensamento dominante no capitalismo contemporâneo, ou seja, a ideologia neoliberal, bem como a pós-modernidade vai, segundo Barroco(2011), exercer a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. Neste sentido percebemos uma expressiva repercussão ameaçadora nos direitos sociais conquistados historicamente, bem como nas profissões e no exercício profissional do Assistente social.

Nas palavras de Iamamoto (2012, p. 141):

A consolidação do projeto ético político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade.

Refletindo com a autora, percebemos a necessidade de estarmos atentos para as possibilidades e também desafios postos na contemporaneidade, devendo o trabalho profissional está conectado com a capacidade de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais, assim como também da organização da sociedade civil, estabelecendo compromisso sobretudo com as denúncias e efetivação do trabalho de organização popular. As idéias e práticas neoconservadoras e individualistas são evidentes na atualidade, mas, cabe levar em consideração as formas de oposição e de resistência, a exemplo das denúncias, as resistências, mobilizações e de lutas constitutivas do universo das forças políticas democrático-populares e do conjunto das classes trabalhadoras brasileiras (BARROCO, 2011, p. 211).

Nesse sentido vale dizer que:

o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas nossas trajetórias de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, portanto do ponto de vista ético político a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social – princípio e objetivo que norteou e norteia o projeto ético político nesses trinta anos – é neste momento renovado com um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético – políticas e manifestações teórico praticas (BARROCO, 2011, p. 212).

Percebemos que o trabalho profissional direcionado para lidar com os desafiantes princípios do projeto profissional irá requerer um profissional informado, crítico, e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais, um profissional versado no instrumental técnico operativo, capaz de realizar as ações profissionais e com isso estimular a participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade.

No entanto para corresponder ao perfil profissional, sobretudo comprometido com a defesa dos direitos da classe trabalhadora é fundamental uma competência crítica que esteja para além do saber fazer, e que contribua para desvelar os traços conservadores existentes no discurso capitalista, assim como também requer uma competência que recuse o papel de tutela e controle das classes subalternas, envolvendo-as no contexto geral da sociedade. É a competência crítica que fornece bases para a leitura da realidade, apreendendo-a em seu

contexto contraditório, assim como também contribui para o desempenho profissional voltado para a materialização do projeto profissional.

O esforço volta-se, dentre outros, para a realização de um trabalho que zele pela qualidade dos serviços prestados e pela abrangência no seu acesso, o que supõe a difusão de informações quanto aos direitos sociais e os meios de sua viabilização. Para tanto, o profissional tem a possibilidade de somar esforços para assegurar a universalidade do acesso e/ou a ampliação de sua abrangência, o que irá demandar dentre outros fatores a resistência profissional, tendo em vista que estamos diante de uma conjuntura totalmente contrária ou adversa aos princípios e diretrizes que darão concreta materialidade ao projeto profissional do Serviço Social.

Portanto, para enfrentarmos o denominado neo conservadorismo sob o ponto de vista profissional é preciso o engajamento da nossa organização política, ou seja é preciso que esteja fortalecida e renovada com novos quadros, supondo o trabalho de base junto à categoria, às entidades de representação, às entidades de ensino, aos profissionais e alunos. E para a consolidação política do projeto se faz necessário uma base social de sustentação, no que é fundamental a articulação com os sindicatos, entidades representativas da classe trabalhadora, movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos. É importante mencionar que o avanço político do nosso projeto estar articulado ao avanço das forças sociais mais amplas. Ao mesmo tempo é preciso ter clareza que essa luta é limitada, levando em consideração que ela envolve dimensões que extrapolam a profissão (BARROCO,2011). Percebemos que as possibilidades não estão na profissão em si, nem mesmo no conhecimento, mas sim na própria realidade, e que para exercermos nossa profissão no mínimo tecnicamente competente, sendo necessário o conhecimento mais próximo possível desta realidade, bem como das tendências do desenvolvimento histórico.

É no intuito de refletir a respeito do significado da moral no que diz respeito sobretudo ao papel que exerce para legitimação da ordem social dada, que destacamos a necessidade de situá-la nesse contexto de crise capitalista.

#### 4.2 MORAL, VIDA COTIDIANA E PROJETO ÉTICO POLITICO DO SERVIÇO SOCIAL

Para falarmos em moral, faz-se necessário compreender que a moral participa de uma função ideológica na medida em que contribui para a veiculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante. É apreendida na sua origem como meio de atender às necessidades práticas de regulamentação do comportamento dos indivíduos, a qual cumpre uma função social no processo de reprodução das relações sociais. Segundo Barroco (2010), a moral contribui para a formação dos costumes que se estruturam pelo hábito, a qual orienta a conduta dos indivíduos, no que refere-se a normas e deveres. Desta forma, apreendemos que a moral é histórica e mutável, assim sendo, os homens criam as normas e os valores, no entanto a autonomia dos indivíduos em face das escolhas morais é relativa às condições de cada contexto histórico. Dependendo da esfera e das condições sociais nas quais a moral se objetiva, surgem maiores ou menores possibilidades da mesma se realizar no âmbito da singularidade, voltada ao 'eu', ou seja, ao âmbito da vida cotidiana, a qual não pode ser apreendida de forma crítica. Logo, percebemos que a vida cotidiana é o âmbito mais propenso à internalização dos costumes e valores formadores do ethos<sup>11</sup> dominante. Nesse sentido, a vida cotidiana irá ocupar o lugar onde os indivíduos se reproduzem enquanto seres singulares, apreendida como o espaço do imediatismo e da superficialidade.

Nas palavras de Barroco (2010, p. 188):

Na vida cotidiana a moral tende a se objetivar de modo alienado, reproduzindo julgamentos de valor baseados em juízos provisórios, respondendo às necessidades mais imediatas e superficiais da singularidade individual.

Corroboramos com a autora pois a alienação imposta na vida cotidiana, sinaliza uma certa adesão acrítica ao ethos dominante, levando em consideração o atendimento as necessidades imediatas e superficiais. Nesse contexto destacamos a denominada burocracia institucional, a qual favorece a dinâmica da cotidianidade, porém não é necessário que seja dessa forma, pois a mera reprodução pragmática de normas e deveres não atendem as

---

<sup>11</sup> Ethos: termo usado para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma nação. São os costumes e os traços comportamentais que distinguem um povo. Pode ainda designar as características morais e sociais que definem o comportamento de uma pessoa ou cultura. É o espírito motivador das idéias e costumes (JAPIASSÚ, MARCONDES, 1996).

exigências da ética como parte da práxis, a qual exige um grau de consciência e de comprometimento com motivações éticas de caráter genérico, mas, exige o enfrentamento de conflitos da totalidade social. Enfatizamos a necessidade do cuidado que o profissional deve ter com a repetição espontânea de certos costumes e valores consolidados por meio da sua formação moral anterior à sua formação profissional.

Percebemos nesse contexto que a estrutura da vida cotidiana tende a ser alienada, mas não é necessariamente alienada, de forma absoluta e imutável, pois existem possibilidades de uma vida cotidiana não alienada e de uma vida que tenha uma certa margem de mobilidade, na qual a cotidianidade pode ser suspensa para dar lugar a atividades não alienadas ou no mínimo menos alienadas (BARROCO, 2010).

Desse modo, a ética profissional constitui-se numa prática mediada por valores que pode se objetivar com diversos níveis de consciência e comprometimento; que por sinal pode até mesmo não ultrapassar a dinâmica da cotidianidade e da singularidade, mas que conta com um campo de possibilidades para se ampliar e atingir diferentes graus de conexão com motivações que permitam a ultrapassagem da dinâmica cotidiana, por isso a ética representa um dos campos de mobilidade que tende a superar a cotidianidade e o senso comum.

#### 4.3 A REFLEXÃO ÉTICA: NORTE PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA

A reflexão ética nos remete à possibilidade da apreensão crítica da vida cotidiana, amplia as possibilidades de realização de escolhas conscientes, que estejam voltadas ao gênero humano, as suas conquistas emancipatórias, a desmistificação do preconceito, propiciando dessa forma a valorização e o exercício da liberdade e do compromisso com projetos coletivos. A ética pode ser apreendida nas práticas do ser social, aquelas cuja direção está voltada para a intervenção na realidade, tendo como parâmetro principal a emancipação humana (BARROCO, 2010).

Nesse sentido a reflexão ética é fundamental, pois possibilita a indagação crítica sobre os significados dos valores e sobre a própria realidade, o que se configura ainda como possibilidade para a competência profissional. Segundo Barroco (2010, p. 216):

A apreensão histórica e crítica da realidade pode desvelar as formas de ser ético-morais, os modos fetichizados da moral e da ética, rompendo com visões preconceituosas, mecanicistas, unilaterais, ampliando as possibilidades de enriquecimento das exigências éticas.

Situamos nesse contexto a dimensão política do Serviço Social, cujo engajamento está nas lutas e reivindicações sociais anticapitalistas e emancipatórias, que dentre os seus objetivos está a defesa dos direitos humanos em sua totalidade.

Por isso, é nesse rumo de lutas e resistências que o nosso projeto ético político exige uma nova postura ética, novos valores<sup>12</sup> e referências teóricas baseadas na teoria social crítica. O destaque que fazemos é para uma ética profissional fundada na teoria social de Marx que em sua origem influenciou fortemente o PEPSS ( projeto ético político do Serviço Social)

Na análise de Barroco (2010, p. 99) as bases históricas da ética pautada em Marx se dão:

A partir dos anos 1950, a qual amadurece nos anos 80, pois as condições sociais eram favoráveis para o nascimento de uma nova ética profissional. Aqui o novo ethos profissional se expressa na direção social do novo currículo de Serviço Social, solo fértil para a crítica às bases filosóficas do conservadorismo.

Evidenciamos o avanço na qualificação do exercício profissional quando se fala na direção social do novo currículo. As conquistas éticas nesse período, sobretudo a partir dos anos 1980 pertencem a um processo histórico movido em condições históricas mais ou menos favoráveis à negação do conservadorismo e a afirmação de valores emancipatórios. Logo concluímos que a ética fundada em Marx é revolucionária, sendo assim não serve propostas reformistas. Portanto há possibilidades de uma ética baseada na orientação marxista mesmo diante dos limites da sociabilidade burguesa. Nas palavras de Barroco (2010, p. 232):

Nos limites da nossa sociedade e nos limites ainda mais estreitos do trabalho profissional, há o que fazer, especialmente para não perder o rumo ético e a medida do político. O projeto ético político de Serviço Social, dispõe em seu código de ética, de valores éticos e princípios políticos capazes de dar referência a esse empreendimento na melhor direção e na medida mais favorável.

Destacamos o código de ética de 1993 para apreendermos o solo fértil de possibilidades presente neste código, para não perdermos principalmente o rumo ético tendo

---

<sup>12</sup> Do ponto de vista ético, os valores são os fundamentos da moral, das normas e regras que prescrevem a conduta correta. (JAPIASSÚ, MARCONDES, 1996)

em vista os princípios políticos contidos no código atual, os quais podem nortear o rumo ético, e político da atuação profissional.

Conseqüentemente, o código de ética de 1993 se organiza em torno de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional; oferecem parâmetros para a ação do profissional e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional no interior do projeto ético político e em sua relação com a sociedade e com a história. Importa ressaltar que o código de ética não se efetiva sem ações políticas profissionais e, da mesma forma que o projeto profissional não se sustenta sem que seja visibilizado em suas práticas a presença da estrutura ética presente nos códigos de ética das profissões com isso, percebemos claramente que para a mínima efetivação do código de ética e afirmação do projeto ético político se faz necessário também o engajamento político do profissional, e a ética ocupa espaço de elemento base, sobretudo, para a prática profissional.

#### 4.4 COMPREENDENDO O PROJETO ÉTICO POLITICO

Compreender o projeto ético político do Serviço Social é apreendê-lo como produto das relações societárias que marcam a construção da identidade dessa profissão e de sua categoria profissional, o que confere uma unicidade a profissão.

O III Congresso, em 1979, é identificado como marco histórico do compromisso político e coletivo da categoria com as classes trabalhadoras. É nesse contexto que ocorre grande mobilização da categoria diante do posicionamento político presente na profissão. É um processo de grande mobilização e politização somando ao compromisso com a classe trabalhadora.

O projeto ético político do Serviço Social está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e esta vinculação está diretamente relacionada à exigência da dimensão política que a intervenção profissional impõe, tendo em vista que atuamos no movimento contraditório das classes e necessitamos imprimir uma direção social as nossas ações que favoreçam a um ou outro projeto societário. É importante percebermos que das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas acabamos por embutir determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica.

O projeto profissional do Serviço Social formula, entre outros componentes, um conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional, que

permitem qualificar o exercício profissional, levando em consideração que o projeto ético político do Serviço Social demonstra um serviço social consolidado e maduro, que foi capaz de gerar a proposta enquanto projeto para a profissão. Assim sendo, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação de e/ou exploração de classe etnia e gênero (NETTO, 1996). Ainda segundo Netto(1999), o projeto articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, praticas, dentre outros.

Dentre os aspectos que fundamentam o projeto ético se afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e do preconceito, o que contempla positivamente o pluralismo tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 1996).

Nesse sentido julgamos necessário destacar alguns elementos que podem contribuir para materializar o projeto ético político, estes elementos estão postos em três dimensões que se articulam entre si, são elas: Dimensão do conhecimento no interior do serviço social: Aqui se apresentam os processos reflexivos do fazer profissional. Esta dimensão investigativa da profissão possui como principal parâmetro a ligação com as tendências teóricas crítica do serviço social.

A segunda dimensão diz respeito à organização político organizativa da profissão que se assentam tanto nos fóruns de deliberação quanto nas entidades representativas da profissão. É através dos fóruns consultivos e deliberativos das entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados ou não determinados compromissos e princípios.

Quanto à dimensão jurídico político da profissão, esta abarcam conjunto de leis e resoluções, bem como documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Destacamos que as dimensões expostas devem estar sempre articuladas para uma possível materialização do projeto que norteia a nossa profissão, pois julgamos essencial: Investigação, organização política bem como o aparato jurídico político.

Evidenciamos que, as condições objetivas e subjetivas da realidade, assim como as ações políticas desempenhadas pelos profissionais poderão contribuir para o sucesso de materialização do projeto em destaque. Por outro lado não podemos deixar de frisar as ameaças que o projeto profissional sofre diante das políticas neoliberais, o que repercute no seio da categoria sob a forma de um neo conservadorismo profissional, que busca à todo custo legitimação pela repressão dos trabalhadores, pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Portanto, o projeto ético político do Serviço

Social configura-se como um projeto de natureza coletiva e nesse sentido traça uma concepção de profissão que se almeja diante da sociedade, permeada por valores democráticos e de justiça social. O projeto é sistematizado por mecanismos políticos, documentos legais e referenciais teóricos metodológicos, o que lhe confere legitimidade e operacionalidade prática político e normativa. Nesse sentido diz Netto (1996,p.120):

O projeto profissional se materializa nas nossas ações profissionais cotidianas, e sua preservação e aprofundamento dependem do corpo profissional, assim como também do fortalecimento do movimento democrático popular.

Nesse sentido, concluímos que, ser norteado pelo projeto ético político do serviço social é adotar intervenções sociopolíticas que se somem as lutas da classe trabalhadora e se coloque em oposição à conjuntura neoliberal e a sociedade capitalista, na busca do fortalecimento dos sujeitos sociais e na luta incessante por uma outra organização social, assim como também pela consolidação e ampliação dos direitos duramente conquistados, tendo em vista que enfrentamos uma conjuntura cujo foco principal está direcionado para as metas estabelecidas pelos famosos organismos internacionais, que por sua vez definem como devem ser a ação do Estado sobre as expressões da questão social, mas não podemos deixar de evidenciar que temos possibilidades para preservação e aprofundamento do projeto profissional porque construímos e estamos constantemente construindo esse campo de possibilidades, mesmo diante dos inúmeros desafios que nos afrontam constantemente.

Situamos a ética profissional neste campo perpassado de limites bem como de possibilidades para a intervenção na realidade social.

#### 4.4 A ÉTICA NA PROFISSÃO

No seu conceito puro a Ética tem como objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral. A Ética analisa as razões e os meios de se alcançar o fundamento da moral.

Conforme Barroco (2010), a Ética se configura como uma ação prática e social consciente mediada por valores emancipatórios que visam interferir na realidade social, é parte da práxis que na medida que interfere nessa mesma realidade social visa objetivá-la. A práxis por sua vez exigirá certo grau de consciência e de comprometimento com motivações

éticas de caráter genérico, ou seja, exigências que remetem ao enfretamento de conflitos da totalidade social (BARROCO, 2010)

Portanto, a ética profissional pode ser entendida como a objetivação de valores e de práticas que interferem valorativamente na vida social (BARROCO, 2012), a qual se configura como uma ética consciente levando em consideração sua interação com a sociedade e com a humanidade, conectada a exigências ético-políticas emancipatórias e objetivadoras de tais motivações, do mesmo modo que pode também produzir um resultado que negue tais exigências. Portanto os valores éticos se objetivam mediante posicionamentos e ações práticas. Nesse sentido, a reflexão ética coletiva busca desvelar o significado e fundação dos valores, da discussão que elege os princípios, valores e normas norteadoras da ética profissional configurada no código de ética, especificamente o atual, de 1993, cuja exigência está pautada num determinado ethos profissional. Ou seja, espera-se que o Assistente Social seja comprometido eticamente mesmo diante das afrontas neoliberais.

Consequentemente, a exigência se faz por um profissional competente crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas. Nesse contexto, é preciso enfatizar que a realização da ética não depende de uma boa vontade dos profissionais, afinal, demanda um investimento em diferentes níveis de capacitação e de organização da categoria profissional, aspectos que encontram na atual conjuntura intensos desafios.

Para Barroco (2010), as capacidades humanas desenvolvidas pela práxis fundam a possibilidade de o ser social se objetivar como um ser ético, mas para tanto se faz necessário buscar a gênese do ser social<sup>13</sup> na história, e entender que suas formas de ser são determinadas historicamente. Já a moral<sup>14</sup> objetiva-se fundamentalmente como sistema normativo reprodutor de costumes, tendo em vista as respostas a exigências de integração social, vinculando-se dessa forma ao indivíduo singular e a vida cotidiana. Objetiva-se ainda como conexão entre motivações do indivíduo singular e exigências éticas humano-genéricas, vinculadas a diferentes formas de práxis<sup>15</sup>. Tal sistema normativo se realiza através da reprodução de normas e regras de comportamento socialmente determinadas. porém na medida que a sociedade se desenvolve, o sistema normativo ‘inicial’ ou seja, aquele construído nas comunidades primitivas, quando não existia a propriedade privada da terra e

---

<sup>13</sup> SER SOCIAL: Ser histórico que possui a capacidade de trabalhar e desenvolver a produtividade do trabalho (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

<sup>14</sup> MORAL: Diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta específicos de uma sociedade ou cultura (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

<sup>15</sup> Práxis: É usada para designar uma relação dialética entre o homem e a natureza, na qual o homem ao transformar a natureza com o seu trabalho, transforma a si mesmo. A filosofia da práxis se caracteriza por considerar como problemas centrais para o homem os problemas práticos de sua existência concreta (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

dos instrumentos de trabalho nem o excedente de produção é substituído por formas mais complexas, por necessidades mais complexas, levando em consideração o surgimento da sociedade privada, da sociedade de classes e da divisão social do trabalho, o que conseqüentemente reflete na necessidade de legitimação dos valores e nas normas de comportamento orientadas pelo ethos dominante.

Nesse sentido, apreendemos o porque da moral se tornar na sociedade de classes funcional, tendo em vista a reprodução da própria moral e do ethos dominante, ou seja, o modo de ser capitalista. Mas, não se trata de uma funcionalidade imutável ou absoluta, noutras palavras é preciso ter clareza que mesmo na sociedade de classes existe certo espaço de mobilidade para ações na direção da contestação, de constituição de crítica e de adoção de outras referências teórico-práticas, sobretudo de defesa e busca de realização de outras formas de objetivação moral.

Para Barroco (2010, p. 84):

uma ética configurada como reflexão crítica e sistematização teórica orientada por pressupostos sócio-históricos e dirigida a valores emancipatórios, é consciente de seus limites objetivos na sociedade burguesa, mas pode contribuir para a ampliação de uma consciência social crítica.

Diante da afirmativa percebemos que o conhecimento crítico contribui para o desvelamento da moral dominante, sobretudo no que refere-se as suas contradições e nesse sentido soma estratégias de enfrentamento ético político das condições postas pela conjuntura atual.

Portanto, para pensar a ética profissional se faz necessário apreender as contradições inerentes á sociedade capitalista bem como as possibilidades para sua efetividade nesta mesma sociedade.

É, pois, a partir do Marxismo que é possível entender, em outras bases, que o homem determina o destino da humanidade, e a ética desempenha uma função mediadora nesse processo (BARROCO, 2010).

A partir dessa análise percebemos que mesmo nos limites da sociedade burguesa, a ética marxista exerce uma função mediadora na luta social contra a ideologia burguesa, tendo em vista que fazendo parte das escolhas humanas, as ações éticas interferem de algum modo, nos processos sociais. Portanto a ética marxista, tem por função orientar uma reflexão interessada, focada especialmente no horizonte da emancipação humana e da luta social, para

um possível desencadear das condições para uma nova ética, ou seja, uma ética Marxista, que visa sobretudo a emancipação humana e a luta social (BARROCO, 2010).

Mas, mesmo diante das condições adversas do presente, os profissionais e intelectuais, enquanto possuidores de responsabilidades éticas e políticas, não devem se deixar levar ao imobilismo.

Nesse sentido o posicionamento de cada um, seja profissional, intelectual, enfim, podem somar forças para a superação da barbárie capitalista, mesmo que tais forças possa representar algo muito pequeno diante do que nos desafia e do que gostaríamos que fosse.

De fato diante dessa conjuntura totalmente adversa aonde se evidencia a extrema acumulação e concentração do capital e da riqueza em detrimento do aumento da pobreza, podemos perceber que o capitalismo em sua fase contemporânea favorece a restrição da ética ao consolidar a moral individualista, a vida fragmentada, a violência, o egoísmo entre outros. Essas são características particulares da denominada pós modernidade que trazem consigo a desumanização que ora evidenciamos e a negação do que a sociedade moderna conquistou em toda sua trajetória histórica.

O pensamento pós moderno<sup>16</sup> vem como a negação da razão, da perspectiva de totalidade, da universalidade, da história como futuro, a idéia de projeto, a possibilidade de transformação revolucionaria da realidade. Nesse sentido os pós modernos propõem uma ética do individualismo, uma ética dos negócios, enfim, são propostas respaldadas no pensamento neoliberal que possui como principal objetivo responder imediatamente as necessidades do mercado (BARROCO; TERRA, 2012).

Ao contrário da proposta pós moderna a nova ética se objetiva na intervenção profissional, através de uma dada concepção ética crítica e histórica, a qual contribui para a preservação de um ideário emancipatório, que objetiva também alargar as suas bases sociais na sociedade. Então, mesmo nos limites desta sociedade e ainda nos limites profissionais, há o que fazer para não perder o rumo ético e a dimensão do político que tanto favoreceu na trajetória do Serviço social para a construção e a hegemonia do projeto profissional, que por sua vez está vinculado a um projeto social, cujo compromisso está direcionado para os interesses históricos da classe trabalhadora e com a construção de uma nova sociedade (BARROCO, 2012).

---

<sup>16</sup> Pós-modernidade: Denominada por alguns autores de época das incertezas, das fragmentações, das desconstruções, da troca de valores, do vazio, do niilismo, da deserção, do imediatismo, da efemeridade, do hedonismo, da substituição da ética pela estética, da apatia. É também caracterizada por mudanças significativas provocadas e vividas pelo homem. Entre as mais evidentes, e que desencadearam muitas outras pode-se apontar a globalização (BEZERRA, 2007).

Diante do contexto percebemos a necessidade da compreensão crítica dos fundamentos éticos da vida social, e, por conseguinte, do Serviço Social, porém tendo o devido esclarecimento dos seus limites na sociedade burguesa. A ética é capaz de efetuar a crítica radical da moral, e com isso oferecer elementos para a compreensão das possibilidades éticas e morais futuras, tendo em vista que estamos diante de um ser capaz de agir eticamente, ou seja, dotado de capacidades que lhe conferem possibilidades de escolher racional e conscientemente entre alternativas de valor. Ao projetar as escolhas teleologicamente, o ser social tem a possibilidade de objetivá-las e com isso buscar interferir na realidade social de forma que esteja de acordo com princípios, valores e projetos éticos e políticos, portanto em condições sócio históricas determinadas.

Na concepção de Lukacs(apud BARROCO, 2010), a ética está voltada, sobretudo, para a transformação dos homens entre si, de seus valores, o que exige posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando aí, a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano. Porém, percebemos que na sociedade capitalista a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação. Nesse sentido destacamos os efeitos da alienação, onde a riqueza humana não é apropriada pela totalidade dos indivíduos, no sentido de que a coexistência entre miséria e pobreza espiritual e material é pressuposto fundamental para a reprodução do sistema vigente.

Assim, afirma Barroco (2010, p. 99): “as ações ético-morais se realizam em circunstâncias históricas determinada ;logo de forma relativa às condições sociais em que se inserem na vigência das relações sociais capitalistas”.

Comungamos com a idéia de que a objetivação ética encontra, sem dúvidas, obstáculos concretos para viabilizar-se plenamente, pois a sociedade burguesa abarca uma contradição que lhe é imanente, ou seja, constitui-se numa ordem social que atinge a liberdade pela exploração, e a riqueza pela pobreza. No entanto, não podemos deixar de considerar as mediações históricas, como possibilidade de uma ética objetivadora de valores emancipatórios, para não incorreremos no erro de acreditar que, se não é possível a sua realização aqui e agora, não será possível nenhuma forma de realização (BARROCO, 2010).

Percebemos que, assim como as diversas lutas dos trabalhadores, as várias revoluções postas como resistência à ordem burguesa realizadas historicamente atestam níveis diversos de emancipação política e as mais variadas conquistas da categoria profissional se inscrevem nesse universo de lutas da classe trabalhadora. Da mesma forma, destacamos a trajetória do

projeto ético político do Serviço Social que tem sido perpassado por práticas significativas, que mesmo em conjunturas totalmente adversas conseguem qualificar, em diferentes graus, o exercício profissional, direcionando-o, sobretudo de forma crítica e de acordo com os valores éticos profissionais.

Salientamos nesse contexto o desenvolvimento da capacidade intelectual da profissão no processo de construção do projeto ético político do Serviço Social, enfatizando, sobretudo, o amadurecimento no campo da pesquisa, da produção teórica, com a interlocução crítica com outras áreas do conhecimento, ou seja, são avanços que repercutem positivamente na formação profissional e que mesmo diante dos desafios, colocam no mercado gerações de profissionais competentes com os pressupostos da ética profissional. Por outro lado se faz relevante sinalizar como forma de resistência e denúncia, a tendência que tem operado em direção contrária, ou seja, aquela que enfraquece conquistas históricas e empobrece a formação profissional, a qual transforma sobretudo, a educação em uma mercadoria voltada exclusivamente à obtenção do lucro. Destacamos que a ABEPSS se posiciona totalmente contrária à indissociabilidade que esse tipo de formação propicia entre o ensino, a pesquisa e a extensão bem como o posicionamento contra todo tipo de mercadorização da educação.

Logo, percebemos desafios e algumas possibilidades presentes na conjuntura atual, bem como na atuação do Assistente Social. É, pois com o objetivo de apresentar o campo onde se desenvolveu o estágio bem como o resultado da nossa pesquisa que destacamos o tópico seguinte

## **5 O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DAS MALVINAS DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE:ANALISANDO O CAMPO DE ESTÁGIO**

A presente análise tem como objetivo contextualizar a instituição na qual realizamos o estágio curricular em Serviço Social. O estágio obrigatório se desenvolveu no Centro de Referência de Assistência Social CRAS/MALVINAS situado na rua dos Marmeleiros, 33 no bairro das Malvinas, na cidade de Campina Grande/PB.

O município de Campina Grande é considerado um dos mais importantes do interior paraibano, pois, dentre outros aspectos, abriga a sede da Federação da Indústrias (FIEP), e ainda 16 universidades, sendo duas públicas, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Campina Grande possui cerca de 385.213 mil habitantes. A cidade possui 49 bairros e 3 distritos localizados em São José da Mata, Catolé de Boa Vista e Galante. O bairro das Malvinas possui uma população total de 88.457 habitantes (IBGE, 2010), sendo o bairro mais populoso da cidade. Desde sua invasão em 1983 o bairro das Malvinas obteve elevado crescimento populacional, além da quantidade de novas construções nas proximidades do bairro.

Referenciando alguns aspectos da NOB/SUAS, consideramos relevante enfatizar aspectos relacionados à territorialização e nível de gestão para podermos apreender o porte, levando em consideração a quantidade de CRAS que o município comporta e quanto ao nível de gestão nos é permitido avaliar os recursos que o município deve receber bem como os programas que deve desenvolver. Nesse sentido os municípios podem ser demograficamente definidos como de pequeno porte, o qual possui população de aproximadamente 20.000 habitantes, tendo uma grande parcela da população localizada na zona rural; e tem como referência os municípios de maior porte. Os municípios de pequeno porte são aqueles que atingem uma população entre 20.001 a 50.000 mil habitantes não tendo uma população rural tão presente comparado com os municípios de pequeno porte. Os de grande porte são aqueles que comportam ou deve atender de 100.001 a 900.000 habitantes e de 25.000 a 250.000 famílias. A cidade de Campina Grande está classificado neste porte segundo a NOB/SUAS.

O município é classificado como sendo de grande porte, o que deve possuir, no mínimo quatro CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas, e deve atender 1.000 famílias anualmente. Está no nível de gestão plena, a qual assume a responsabilidade de

organizar a proteção social básica e especial, na perspectiva de prevenir situações de riscos e vulnerabilidade social, bem como proteger as situações de violações de direitos. Neste nível de gestão é necessário o preenchimento de alguns requisitos acerca de responsabilidades, o que gera o repasse de incentivos(NOB/SUAS)

Em suma, essa sinalização é apenas para situarmos que a NOB/SUAS vem propor o rompimento da centralidade das ações planejadas pela esfera federal, estabelecendo assim mecanismos que possam repassar e regular os recursos destinados ao plano de assistência social, o que deve respeitar ou levar em consideração os indicadores sócio-territoriais, locais e regionais.

Na Paraíba contamos com um órgão gestor da política de assistência social centrado na Secretaria de Estado e Desenvolvimento Humano (SEDH). Esta secretaria tem como principal objetivo promover a inclusão social, a segurança alimentar e a assistência integral à população paraibana. É de competência desta secretaria articular ações de forma descentralizada, tal como previsto na PNAS(2004) na perspectiva de envolver todos os municípios do Estado no que diz respeito a coordenação e viabilização de ações que visem uma melhor qualidade de vida dos paraibanos por intermédio dos programas sociais.

Em Campina Grande /PB o órgão responsável pela gestão, execução, avaliação e monitoramento do SUAS é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

O CRAS/MALVINAS foi implantado em 2010. Sua área de abrangência é composta pelos seguintes bairros: Malvinas, Chico Mendes, grande Campina, Sonho Meu, Dinamérica, Jardim Verdejante, Cinza, rocha Cavalcante, Rosa Cruz, Santa Cruz e Zona Rural (Lucas, Salgadinho e Zé Velho). O CRAS foi implantado com a finalidade de proteção social, sobretudo para prevenir situações de vulnerabilidade social através do desenvolvimento de serviços sócio assistenciais de proteção básica.

A unidade caracterizada funciona de segunda à sexta feira, nos turnos manhã e tarde. Possui uma meta de atendimento anualmente de 1.000 famílias, residentes nas respectivas áreas de abrangência. Esta meta de atendimento é preconizada em documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), o qual objetiva mostrar o funcionamento adequado dos CRASs através de um conjunto de diretrizes e informações para o planejamento, implantação e funcionamento do mesmo.

No que diz respeito ao trabalho social essencial ao serviço podemos destacar: acolhida, estudo social, visita domiciliar, acompanhamento familiar, informações, orientações, encaminhamentos, conhecimento do território, cadastramento socioeconômico elaboração de relatórios, dentre outros.

A estrutura física é composta por 8(oito) cômodos, distribuídos da seguinte forma: uma sala para coordenação, uma sala para atendimento psicossocial, um espaço infantil, uma sala de recepção, dois banheiros e a copa. Há também um espaço externo, formado por uma espécie de varanda, utilizado para atividades, especialmente para o acolhimento dos grupos de idosos e de mulheres formados neste CRAS.

É importante que existam espaços bem definidos para a efetiva execução dos serviços ofertados no CRAS, tendo em vista que se deve prezar pela privacidade do usuário bem como pelo sigilo profissional, conforme é estabelecido no código de ética do(a) Assistente Social.

Quanto à habilitação, esta leva em consideração o número de indivíduos e famílias referenciadas pelo CRAS, o que logo define a composição da equipe técnica. Sendo assim, a unidade CRAS/MALVINAS é composta por 03(três) assistentes sociais, 01 (uma) coordenadora, 02 (duas) psicólogas, 02 (duas) recepcionistas, 04 (quatro) vigilantes, 01 (uma) auxiliar de serviços gerais e 06 (seis) estagiários de serviço social. Quanto aos recursos materiais há disponibilidade de alguns materiais de escritório, como por exemplo: armários, papel ofício, pastas para arquivos de documentos, porém não há computador (item de fundamental importância), quando necessário os profissionais utilizam os seus computadores de uso pessoal.

Das ações desenvolvidas pela equipe de técnicos do CRAS/MALVINAS podemos destacar: atendimento ao público, atendimento psicológico, atendimento social, busca ativa, formação e acompanhamento de grupos, oficinas reflexivas e de convivência, palestras, visitas domiciliares e visitas institucionais. Vale salientar que este CRAS possui dois grupos formados: o de idosos e o de mulheres. Neste espaço as mulheres confeccionam materiais artesanais, o que pode se constituir numa renda extra para essas mulheres. Esta atividade é associada a um atendimento psicossocial, objetivando a melhoria da auto estima das mesmas. No grupo de idosos são trabalhados temas que possam levá-los a reflexões e questionamentos posteriores. É importante destacar o projeto de intervenção desenvolvido por um dos grupos de estagiários de Serviço Social, na perspectiva de esclarecimentos sobre os direitos dos idosos, dando ênfase principalmente ao Estatuto do Idoso, e a política nacional do idoso. Concluímos que estes grupos se constituem em verdadeiros espaços de interação entre o CRAS e a população atendida.

Segundo Brasil (2004), o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e ao convívio sócio familiar e comunitário. É de responsabilidade da equipe do CRAS informar e orientar a população de sua área de

abrangência sobre os direitos de cidadania dos usuários, articulados a toda a rede de proteção social local.

Quanto aos instrumentos de trabalho podemos elencar os seguintes: cadastramento das famílias, livro de registro de atendimento, visitas domiciliares e institucionais, atendimento individual e coletivo, reuniões, encaminhamentos, parcerias com os equipamentos sociais, como clube de mães, escolas estaduais e municipais, Estratégia Saúde da Família (ESF), dentre outras.

As demandas apresentadas no CRAS/MALVINAS são latentes, visíveis e complexas, resultantes das situações de risco e vulnerabilidade social. Concentra-se basicamente na procura por cursos profissionalizantes, informações e encaminhamentos sobre o programa bolsa família, BPC, e benefícios eventuais, com destaque para as cestas básicas. Outras demandas à destacar referem-se a participação no programa aluguel social<sup>17</sup>, informações sobre previdência social e inserção nos grupos.

Para se obter as informações ora apresentadas foram realizadas coletas de dados nos seguintes documentos: livro de atendimento, relatório anual, relatórios de visitas domiciliares, encaminhamentos, nos prontuários dos usuários, bem como a observação em campo.

Os usuários atendidos no ano de 2014 são residentes no bairro das Malvinas, representando um total de 48%, seguido do bairro Dinamérica com 28%. O grau de escolaridade desses usuários é variado, verifica-se que 36% não concluíram o ensino fundamental, apenas 3% possuem o ensino fundamental completo, 11% declaram ter concluído o ensino médio, 8% afirmam ter cursado o ensino superior incompleto, 3% o ensino superior completo e 9% declaram-se não alfabetizados.

Com relação à profissão, ao provimento da renda familiar e à ocupação desses usuários verificou-se que há predominância do trabalho informal, ocupam a função de diarista, e catadores de materiais recicláveis. Uma outra parte dos usuários tem renda fixa proveniente do trabalho formal, e outros declaram não possuir nenhum vínculo de trabalho.

É importante ressaltar que a realidade constatada na análise demonstra uma série de fatores que impedem o acesso ao trabalho com carteira assinada, logo destacamos a precarização das relações de trabalho, a qual dificulta ou até mesmo anula o acesso legal ao mercado de trabalho.

---

<sup>17</sup> Aluguel social: É um benefício temporário, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública (Acesso em [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br) Acesso em 13/04/2015).

As condições de moradia é outro aspecto preocupante tendo em vista que este CRAS abrange uma área de ocupação na qual as sub moradias são construídas a partir de materiais recicláveis, principalmente a madeira.

Enfim, os usuários atendidos pelo Serviço Social do CRAS/MALVINAS encontram-se em situação de vulnerabilidade social e/ou fragilização de vínculos familiares e comunitários. E, para além de agir frente a estas demandas, decorrentes, sobretudo, da contradição capitalista, os Assistentes Sociais buscam novas requisições e possibilidades, dentre elas a garantia do acesso à rede sócio assistencial e a articulação com as demais políticas públicas, mesmo diante das precárias condições de trabalho, e das demais dificuldades impostas pelo contexto neoliberal.

Posteriormente abordamos a temática que particularmente diz respeito à pesquisa de campo, fundamentando e confrontando os argumentos com base no referencial teórico ao qual tivemos proximidade no decorrer deste estudo. Desse modo consideramos relevante refletir sobre o projeto ético político do Serviço Social, analisando a percepção dos trabalhadores da Assistência Social, inseridos nos CRAS acerca dos limites e possibilidades para sua materialização em tempos de crise do capital.

## 5.1 A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES/ASDO CRAS/MALVINAS ACERCA DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E DOS LIMITES E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

A pesquisa se propôs a analisar os limites e possibilidades da atuação profissional do Assistente Social bem como à compreensão desses profissionais sobre o projeto ético político do Serviço Social. Sabemos que o projeto é fruto de uma construção coletiva e que objetiva sobretudo uma transformação da sociedade capitalista, e o seu conhecimento pode fortalecer a atuação e intervenção profissional em consonância com sua proposta geral.

Para tanto, iremos traçar um perfil dos trabalhadores, destacando aspectos preliminares coletados como sexo, idade, tempo de formação, tipo de vínculo empregatício, carga horária de trabalho e o tempo de serviço na instituição. Posteriormente trataremos de aspectos relacionados ao trabalho do Assistente Social no CRAS/Malvinas, como, por exemplo, os desafios e possibilidades encontrados no contexto neoliberal, bem como no espaço sócio ocupacional para a materialização do projeto ético político do Serviço Social.

Partindo das informações obtidas através do roteiro de entrevista semi estruturada, concluímos que o universo dos trabalhadores do CRAS/Malvinas é constituído unicamente pelo sexo feminino, deste modo percebemos os rebatimentos das determinações históricas que transcorrem a formação profissional, o que influencia na composição do perfil profissional predominantemente feminino. A idade dos profissionais está entre 40(quarenta) e 60(sessenta) anos. Esse fato pode sinalizar uma baixa na inserção de profissionais recém formados, assim como também a criação e manutenção de postos de trabalho neste campo. Outro fator determinante nesta inserção de profissionais diz respeito à forma pela qual esses profissionais ingressam neste espaço sócio ocupacional, ou seja, a maneira predominante é a indicação política, logo percebemos que esta contratação pode variar no que se refere à idade e ao tempo de formação, tendo em vista que este tipo de indicação ou seleção não segue critérios para contratação de profissionais, apenas o certificado de conclusão do respectivo curso.

No que diz respeito ao tempo de formação o percentual de conclusão do curso de Serviço Social está entre 7(sete) e 29(vinte e nove) anos de formação. Neste sentido, é possível perceber que há certa diversidade no tempo da formação, pois percebemos a existência de profissionais formados recentemente bem como as que possuem mais de vinte anos de formação superior, fator que pode contribuir para a não apropriação integral do Projeto ético político do Serviço Social.

A contratação de profissionais, dentre eles o Assistente Social, constitui uma das principais condições para o processo de implementação do SUAS, sendo o profissional Assistente Social um trabalhador vinculado à política de Assistência Social, o que pode sinalizar possibilidades de expansão do mercado de trabalho deste profissional no município em análise. No tocante à forma de contratação predomina unicamente a contratação temporária, sendo esta forma implicadora de instabilidade para o trabalhador assim como também a insegurança quanto à garantia de direitos trabalhistas fundamentais. Além disso cabe destacar o que a NOB-RH/SUAS determina, pois esse tipo de vínculo vai contra as normas de implantação do CRAS. Vejamos a determinação:

Toda equipe de referência do CRAS deve ser composta por servidores públicos efetivos. A baixa rotatividade é fundamental para que se garanta a continuidade, eficácia e efetividade dos serviços e ações ofertados pelo CRAS, bem como para potencializar o processo de formação permanente dos profissionais. Para municípios que estão estabelecendo vínculos de trabalho precários, como contratos particulares, terceirização, pregão, dentre outros recomenda-se a adequação da contratação dos profissionais da equipe de referência dos CRAS, s ao disposto na NOB/RH(BRASIL, 2009, p. 61).

Isso revela que a expansão do mercado de trabalho vem sendo acompanhada por um processo de precarização das relações de trabalho dos Assistentes Sociais inseridos no CRAS/Malvinas no município de Campina Grande/PB, pois os dados já nos mostram que tal processo provoca instabilidade financeira, ausência dos direitos trabalhistas, a necessidade de conciliação de mais de um vínculo empregatício, e ainda que pode abrir espaço para práticas clientelistas e seletivas. Nesse sentido o exercício profissional sofre certo redimensionamento devido as alterações ocorridas na esfera dos serviços sociais e nas demandas. Desta análise concluímos que a prioridade e luta deve ser por realização de concursos públicos, fator que repercute na garantia dos direitos trabalhistas aos profissionais.

No tocante à carga horária de trabalho, todas as profissionais entrevistadas afirmam ser de trinta horas semanais, com isso percebemos que o município de Campina Grande vem cumprindo o que estabelece a lei federal n. 12.317/2010, a qual dispõe a respeito da duração do trabalho do Assistente Social que não deve exceder as 30(trinta) horas semanais, sem redução salarial. Uma das justificativas para a implementação da lei diz respeito à segurança do trabalhador, pois os espaços sócio ocupacionais nos quais estão inseridos os assistentes sociais são marcados por jornadas exaustivas de trabalho, bem como das pressões que sofrem junto à população submetida a situações de pobreza e violação de direitos predominantes na sociedade capitalista. Cabe aqui destacar que tanto a aprovação quanto o cumprimento da referida lei se constitui como um processo de luta da categoria profissional dos assistentes sociais e que necessita ser garantido pelos governos.

Em relação ao tempo de serviço na instituição, a experiência de trabalho das profissionais varia de 10(dez) meses à quatro anos, duas profissionais atuam no CRAS desde a sua implantação. Importante frisar que todas as assistentes sociais entrevistadas possuem outro vínculo de emprego para complementar sua renda, fato que podemos caracterizar como expressão da precarização das relações de trabalho, em que o profissional necessita de mais de um vínculo empregatício para manter suas necessidades básicas.

As entrevistas ora analisadas tem como objetivo principal avaliar a compreensão dos profissionais acerca do projeto ético político do Serviço Social, assim como também dos limites e possibilidades presentes na atuação profissional diante da expressiva crise capitalista.

A princípio foi perguntado sobre a compreensão que tem sobre o projeto ético político do Serviço Social. Assim respondem as profissionais:

*AS1: O projeto ético político ele é societário, que precisa ser concretizado[...], ainda não está pronto, nasceu na categoria do Serviço Social, na profissão e possui o desejo de transformar o que era conservador, vai para além da profissão [...] ainda está em construção, necessita de vivências cotidianas para além da categoria, com o conjunto da sociedade, precisa acompanhar as necessidades contemporâneas.*

*AS2: Não domino porque não comecei a atuar logo no início da minha formação, apenas a dois anos atuo. Agora que comecei a atuar é que comecei a ter conhecimento do Serviço Social.*

*AS3: Não conheço esse projeto porque terminei a muito tempo.*

*AS4: Sinceramente não conheço.*

Dos elementos que constituem o projeto profissional do Serviço Social, o qual foi construído no processo de renovação, no final dos anos 70, e que conquistou hegemonia no interior da categoria profissional podemos pontuar: A dimensão teórica, na qual estão envolvidos o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; A dimensão jurídico política a qual podemos identificá-la no âmbito das construções legais da profissão, isso leva em consideração tanto as leis estritamente profissionais quanto a legislação social mais ampla; Uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço social (BRAZ, 2006).

Isso nos leva a refletir com a resposta da entrevistada n. 1, pois percebe-se que os elementos sinalizados acima marcam um Serviço social renovado, bem como uma ruptura teórica e política com o conservadorismo e o tradicionalismo. As demais profissionais entrevistadas não tem conhecimento do projeto ético político do Serviço Social, fator que as impede de fornecer em suas falas elementos do projeto. Esse desconhecimento pode estar relacionado ao resultado de uma formação deficitária, assim como também com a falta de investimento na continuidade do processo formativo (atualização profissional que necessita ser constante e continuado) bem como da ausência de capacitação profissional, o que logo rebate no próprio exercício profissional.

Em seguida indagamos às profissionais a respeito da forma que lhes foi apresentado o projeto ético político do Serviço Social, assim colocam:

*AS1: [...] Empreender, resistir para transformar, conhecer as estratégias neoliberais que tenta nos alienar, com isso, a categoria precisa resistir, resistência e superação.*

*AS2: Não me foi apresentado*

*AS3: Não conheço essa disciplina, mas como atuante acho que devemos ter ética e amoral.*

*AS4: Quando eu me formei faz muito tempo passei muito tempo sem ter acesso a nada do Serviço social. calou. não lembro de nada porque me decepcionei muito com o curso.*

Percebemos que há um desconhecimento conceitual do que realmente seja o projeto ético político, portanto pelo fato de não conhecê-lo relacionam com disciplina, ou no máximo à um projeto que visa dar contribuição aos usuários dos serviços e as políticas públicas, no sentido de melhorias para a população atendida. Há vários equívocos de compreensão acerca do projeto ético político do Serviço social.

Quanto aos limites e possibilidades para efetivação do projeto ético político do Serviço social colocam o seguinte:

*AS1: Os desafios é materializá-lo em sua proposta, o projeto se expressa em resistência, na criticidade, na conduta que transforma a vida do indivíduo, que perpassa a ética e a política[...]respeitando ele como sujeito de direito, respeitar sua singularidade, buscamos o respeito, estimular o sujeito para a compreensão das relações sociais, habilitar o olhar para além do que está posto [...]olhar ampliando para buscar nortes e possibilidades para entender as diversas ramificações da questão social.*

*AS2:Detectamos o problema, encaminhamos mais infelizmente não vemos respaldo das autoridades competentes, temos a boa vontade, fazemos o relatório, mas a ajuda não vem de imediato. Não temos total autonomia para resolver os problemas que tenho conhecimento, a coisa anda até a metade do caminho. O carro para as visitas domiciliares é uma possibilidade, as salas para reunião dos grupos, isso nós temos. Quando o profissional é comprometido a coisa flui e isso é avanço. [...] as políticas são apenas paliativas e não de mudanças de vida para as pessoas.*

*AS3: A possibilidade é as políticas públicas, porque existindo a coisa funciona [...] as dificuldades são muitas, como por exemplo, o computador [...] união e luta para nossa categoria. Os desafios são grandes, a rede não apoia, o trabalho é muito desvalorizado.*

*AS4: A falta de capacitação é um desafio, então se os programas não funciona é melhor fazer assistencialismo do que deixar a pessoa morrer de fome, mais políticas públicas seriam necessárias, mais políticas de verdade e não um faz de conta, é preciso que haja fiscalização, precisamos de programas que funcionem, que tenha fiscalização[...]a rede não funciona, não existe políticas públicas.*

Segundo Guerra (2007), possibilidade não quer dizer efetividade de os profissionais apreenderem a consciência dos fundamentos objetivos e subjetivos sobre as quais a prática profissional se desenvolve e isso detectamos na pesquisa, tendo em vista que a maioria das profissionais não repassou apreensão da consciência dos fundamentos no que diz respeito ao desenvolvimento da prática profissional. Os projetos profissionais irão se organizar em torno de um conjunto de conhecimentos teóricos, bem como de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas. O projeto ético político do serviço social possui um conjunto de referências metodológicas para a intervenção, posturas e modos de operar construídos e legitimados pela categoria profissional, cujos conteúdos objetivam a crítica da sociedade capitalista.

Outra questão a ser destacada nessa parte da pesquisa está relacionada a denominada autonomia relativa, ou autonomia controlada. Percebemos que esse tipo de autonomia coloca limites na atuação profissional, ou seja, o profissional não detém todos os meios para realização do seu trabalho, logo, depende do Estado, da empresa, dos recursos institucionais, dentre outros (IAMAMOTO, 2012).

Mas, por outro lado, consideramos o conhecimento e conseqüente engajamento com o projeto ético político como constitutivos de possibilidades significativas para o fortalecimento e visibilidade deste como sinalizado na sua proposta mais ampla. Consideramos o conjunto de referências técnicas, teóricas, éticas e políticas para o exercício profissional como mediação privilegiada para diferenciarmos a prática profissional daquelas realizadas por leigos, tendo em vista que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional.

Corroboramos com a perspectiva de que um projeto profissional constitui-se como um guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Mas, como bem sinaliza Netto (1996), a passagem de uma possibilidade à efetividade demanda a complexa intervenção organizada dos homens.

Na sequência foi perguntado se acreditam no projeto ético político do Serviço Social. Nessa perspectiva as profissionais respondem:

*AS1: Construir o fazer profissional é está próximo da teoria para trazer pra prática[...] para uma resistência enquanto possibilidade. o projeto deve está para além da graduação[...] que saia da academia e seja concretizado na prática, há a necessidade de formação constante que esteja mais próximo do profissional que está na prática. A leitura deve ser feita no geral: categoria, aspectos conjunturais que rebatem no seu fazer profissional, é preciso refletir e conhecer.*

*AS2: Mesmo não conhecendo eu acredito, porque tudo hoje é moderno, gostaria muito de conhecê-lo.*

*AS3: Acredito aquele pode ser concreto se as autoridades competentes levarem a sério as demandas da população, só falar e não agir não leva a nada, mas as pessoas já conhecem os seus direitos e não são muito mais alienadas e sabem que podem fazer uma revolta contra o sistema. Agente é insistente social e acredita, mais isso tem que ter as políticas NÉ?*

*AS4: Alguns profissionais tem resistência para mudar, para adquirir conhecimentos, por isso temos que nos envolver com os problemas da nossa clientela, falo dos direitos que eles tem, passar para o usuário e conscientizá-lo sobre os seus direitos.*

É necessário ficarmos atentos para a possibilidade de construção permanente de profissionais que conheça suas competências e em consequência disso imprima qualidade técnica as suas ações respaldada em uma direção crítica, clara e consciente, que vise também a defesa permanente dos direitos sociais e humanos, os quais são considerados conquistas da humanidade, de tal forma que venha a superar a histórica vinculação do profissional com o conservadorismo. A adoção de estratégias sócio políticas e profissionais que se somem à luta mais ampla dos trabalhadores em oposição ao projeto neoliberal e a barbárie capitalista significa estarmos orientados por um projeto profissional crítico à ordem burguesa, que por sinal sua formulação não deve ser apenas uma condição de grupos ou de um coletivo profissional, mas também um engajamento dos segmentos que recebem os serviços prestados pelo profissional Assistente Social (GUERRA, 2007). Nesse contexto fica evidente o limite entre uma prática imediatista, espontânea, intuitiva, manipuladora e aquela que tem uma clara direção sociopolítica.

Quando perguntado a respeito da posição do projeto ético político na ordem social dada, assim respondem:

*AS1: Resistência, luta, projeto que busca articular [...] nasce na categoria mais passa a ser societário, norteia para a criticidade, para pensar essa sociedade o projeto é de liberdade, de inclusão, de autonomia, liberdade, busca uma sociedade equânime, sociedade justa, porém não devemos cair no fatalismo nem no messianismo, para não culpabilizar o profissional, não temos uma varinha mágica que achamos poder tudo, e também não cair na fantasia de achar que pode tudo, porque senão estamos reafirmando o conservadorismo, não se pode ainda incapacitar o profissional [...] porque não se avança sem resistir. [...] Necessidade de observar até onde pode-se ir, porém a criticidade vai para além do que está posto. O projeto*

*nos deixa livres para pensar, observar o grau de liberdade. O projeto nos norteia para sermos livres. [...] Busca materializar a nossa resistência, o nosso fazer profissional, um norte que não seja só teórico, mas que traga o ideal, ele nos deixa livres para pensar, não de uma forma sonhadora, o projeto é uma vivencia. [...] As articulações, o pensar e fazer coletivo, a troca, o estímulo ao sujeito, o diálogo com as instituições, com os usuários, romper com várias barreiras, como por exemplo o preconceito. [...] Construir o fazer profissional, está próximo da teoria para trazer pra prática, para uma resistência enquanto possibilidade, e que esteja para além da graduação, que saia da academia e seja concretizado na prática, é necessária formação constante [...] mais próximo do profissional que está na prática[...] leitura no geral: categoria, aspectos conjunturais que rebatem no seu fazer profissional, refletir e conhecer” acrescenta a entrevistada 1.*

AS2: Não tive acesso.

*AS3: Fala em Transformação da sociedade, não sou contra nem totalmente a favor do capitalismo, mas o capitalismo selvagem não dá possibilidades para as pessoas que ganham menos. não conheço bem o projeto, mais políticas públicas seriam necessárias, mais políticas públicas de verdade e não um faz de conta. conscientizar a população para buscar os seus direitos, e somos profissionais que podemos fazer esse vínculo, eles tem que brigar pelas políticas, isso não quer dizer que quero ser comunista tú tá entendendo? Falamos que eles tem condições de lutar para mudar a sua realidade , fazemos a ponte ,mas por outro lado temos que fazer um arroteio, temos uma certa liberdade, um limite.*

AS4: “Vou dar uma estudada no projeto ético político do serviço social”.

O projeto contempla uma dimensão prospectiva, que nos permite ver adiante, porém não oferece garantia de que os resultados esperados serão realizados efetivamente. Isso porque os profissionais atuam em circunstâncias sociais e determinações causais historicamente dadas, o que nem sempre são escolhidas ou apreendidas pelos profissionais. As circunstâncias objetivas e subjetivas também estabelecem determinada configuração à intervenção profissional, indicando os seus limites e possibilidades (GUERRA, 2007).

Da análise levantada neste trabalho percebemos que uma atuação profissional norteada pelo projeto ético político do Serviço social possui bem mais possibilidades de alcançar a clareza de seus compromissos éticos e políticos, tendo em vista que o projeto possui uma dimensão crítico reflexiva, mesmo sabendo dos limites dados pela sua condição de

trabalhador assalariado, conforme percebemos em falas de algumas entrevistadas. Portanto é no enfrentamento da falta de recursos institucionais, da falta de reconhecimento profissional dentre outros que o trabalho do Assistente Social se realiza. É nesta contradição que estão as possibilidades de criar estratégias de intervenção sociopolítica e profissional.

É preciso luta e resistência frente às contradições sociais que configuram uma situação de barbárie, pois esta situação é decorrente do atual estágio de sociabilidade do capital em crise. Sabemos do envolvimento dos Assistentes Sociais na defesa e reafirmação dos direitos e das políticas sociais e que inseridos em um projeto societário buscam construir a equidade que tanto a classe trabalhadora almeja, porém essa equidade não pode se limitar na garantia da cidadania, aspecto que pode ser situado no contexto de uma luta primária. Mas, sobretudo uma equidade que esteja em consonância com a emancipação humana/social, bem como de acordo com a proposta geral do projeto ético político do Serviço Social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar projetos profissionais em sua dimensão coletiva requer o entendimento das condições objetivas e subjetivas que perpassam a realidade, tendo em vista que um projeto se define num contexto de múltiplas determinações e nesta perspectiva exige a apreensão da realidade em sua totalidade.

Portanto ao pensarmos o projeto ético político do Serviço Social devemos minimamente identificar como encontra-se a realidade e quais as disposições e condições para modificá-la. É neste sentido que defendemos a hipótese de que a construção de um projeto é um movimento permanente, que inicialmente precisa ser compreendido como produto das conquistas históricas ocorridas desde o final da década de 1970. O congresso da virada simboliza bem a insatisfação com a realidade e com a profissão. Portanto é necessário afirmar que mesmo nas contradições de um período nefasto podemos encontrar o solo para descobrir, elaborar e unir anseios coletivos por uma nova forma de apreender a sociedade e a profissão no seu contexto histórico, o que requer a análise de suas particularidades.

Articulado pela vontade política organizada da categoria profissional numa definida direção social é que o projeto ético político do serviço social segue numa perspectiva de luta contra o neoliberalismo, ou seja, o projeto ético político do serviço social aponta para o combate ético, político e ideológico ao neoliberalismo mas, principalmente contesta a forma de sociabilidade burguesa.

Concordamos que a crise do capital é real e repercute diretamente no serviço social, mas devemos levar em consideração que o projeto não é endógeno à profissão, tendo em vista que ele se forma num movimento histórico de crise do capital, fato que incide, marca e caracteriza profundas alterações no âmbito do projeto ético político do serviço social, da profissão e do exercício profissional e, por outro lado não podemos negar as possibilidades construídas no seu percurso histórico.

Importa destacar que a precarização da formação, sobretudo com a ampliação do ensino de graduação à distância, um investimento perverso da contra reforma da educação podem repercutir em dificuldades para à materialização dos princípios éticos e políticos. O momento é extremamente desfavorável à materialização do projeto. Portanto é necessário estratégias para enfrentarmos esse processo, no sentido de manutenção da hegemonia do mesmo diante de um contexto adverso. Desvendar as determinações objetivas desse processo

e atuar nas contradições da vida social se constitui como papel político extremamente importante nesse processo.

É preciso afirmar que não temos na atualidade elementos que possam provar que existe uma crise de hegemonia do projeto ético político do Serviço social, pois nas suas três esferas constitutivas não há indicativos para isso. Do ponto de vista da produção do conhecimento, percebemos que o Serviço Social tem produzido a teoria social crítica, a qual permanece nas produções do Serviço Social e portanto, a direção social está mantida neste âmbito da produção teórica.

No âmbito dos instrumentos normativos: código de ética; lei de regulamentação da profissão e diretrizes curriculares não houve mudanças regressivas. Permanece em vigência, com legitimidade os documentos que foram construídos e aprovados coletivamente, os quais possuem clara direção de defesa dos princípios éticos-políticos desta profissão.

Não podemos negar os desafios que a organização política tenta combater, mas é preciso avançar na luta, sobretudo a luta política e ideológica, fazer a grande política do ponto de vista da profissão e da sociedade. É necessário a oposição ao isolamento da crítica, ao conservadorismo ainda presente na profissão, na perspectiva de enfrentamento dessa ordem do capital.

Importa destacar que as transformações societárias afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem sobre as profissões: nas condições objetivas de trabalho, na formação profissional bem como nas práticas organizativas. Esses são fatores que exigem a redefinição permanente de estratégias para o enfrentamento seja no plano profissional ou no plano macro social. Os resultados das transformações societárias podem ser evidenciadas nas profundas mudanças no mundo do trabalho e na vida dos trabalhadores, na subtração das responsabilidades públicas do estado e no retorno de práticas que invocam iniciativas espontâneas da sociedade no trato com as expressões da questão social. É evidente que não podemos reduzir o projeto a sua viabilidade prática, pois a construção do projeto ao longo de três décadas deixou um legado, o plano da política, no qual os profissionais podem se movimentar reinventando a resistência em tempos de crise.

Diante desse contexto o presente trabalho tentou traçar um percurso da trajetória do serviço social com o propósito de demarcar as determinações históricas presentes na contemporaneidade, assim como também objetivou entender a percepção que os profissionais inseridos no CRAS/MALVINAS possuem dos limites e possibilidades diante destas determinações que é histórica, bem como a compreensão que esses trabalhadores tem acerca do projeto ético político do serviço social, o que resultou em 75% dos entrevistados

declararem que não possuem o conhecimento do projeto ético político do serviço social, fato que pode repercutir negativamente na atuação profissional, bem como no engajamento nos processos de lutas e resistências necessários para o fortalecimento deste projeto.

A partir das entrevistas realizadas constatamos que a atuação profissional é perpassada por inúmeros desafios e algumas possibilidades, levando em consideração os rebatimentos das transformações societárias na sociedade em geral e não de maneira diferente nas profissões. Dentre as dificuldades que a atuação profissional enfrenta está a precarização das relações de trabalho há uma lacuna expressiva sobretudo nas condições objetivas de trabalho, que é perceptível na insuficiência de equipamentos básicos como por exemplo computadores, bem como na falta de autonomia dos profissionais. Portanto o estabelecimento de relações de trabalho estáveis, a garantia de condições e meios necessários à realização das atividades são indispensáveis para o exercício profissional.

Desta forma, o estudo possibilitou uma aproximação da realidade que perpassa o exercício profissional no espaço do CRAS/Malvinas, contemplando o conhecimento dos limites e possibilidades existentes no contexto neoliberal. O estudo também contribui para o conhecimento e fortalecimento do projeto ético político do serviço social.

Pensamos ainda que um investimento maior na visibilidade do PEPSS e consequente socialização do conhecimento deste, causaria impactos positivos na categoria profissional, de modo especial (com aqueles profissionais) ou com os/as Assistentes Sociais que encontram-se afastadas do processo de formação, que não de finda com o término da graduação.

Nesse sentido a participação das universidades bem como do próprio CFESS/CRESS, é importantíssima para uma qualificação continuada da categoria profissional.

## REFERÊNCIAS

- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética**: fundamentos sociohistóricos. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v:4).
- BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BONETTI, Dilsea A. et al (Org). **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 jul. 1993.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MDS, 2005.
- BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.
- BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético político do serviço social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, v. 10, 2007.
- COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma análise em movimento. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOMES, Claudia. **Em busca do consenso**: radicalidade democrática e afirmação de direitos: tendências contemporâneas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- GUERRA, Yolanda. **O conhecimento crítico na reconstrução das demandas contemporâneas**. Disponível em: <<http://www.gkakuti.com.br/wp-content/uploads/2015/04/O-CONHECIMENTO-CRITICO-NA-RECONSTRUCAO-DAS-DEMANDAS-PROFISSIONAIS-CONTEMPORANEAS.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2015.
- \_\_\_\_\_. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 91, ano XXVIII, setembro 2007.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre estado, política e sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010

NETTO José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.50, p. 87-127, abr. 1996.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do projeto ético político. **Revista Inscrita**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 41-48, 2009.

SANTOS, Claudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática instrumentos e técnicas no serviço social. 2ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.

SILVA, Marcela Mary José da; CORRERA, Frefácio Gilca Oliveira. **A materialização do projeto ético político do serviço social**. Campinas: Papel Social, 2012.

**APÊNDICE A**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS ASSISTENTES SOCIAIS –CRAS**  
**MALVINAS.**

DATA  
IDADE  
SEXO  
TEMPO DE FORMAÇÃO  
TIPO DE VINCULO  
CARGA HORARIA DE TRABALHO  
TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO.

- 1 Qual a sua compreensão acerca do projeto ético político do Serviço Social?
- 2 Você conhece a direção social que o projeto ético político do Serviço Social segue?
- 3 Na sua formação acadêmica como o projeto ético político lhe foi apresentado?
- 4 Qual a instituição em que cursou a sua graduação?
- 5 Em quais disciplinas teve acesso ao projeto ético político?
- 6 Fale dos desafios encontrados no seu cotidiano profissional para a materialização ou efetivação do projeto ético político do Serviço Social.
- 7 Qual o seu conhecimento sobre a autonomia relativa?
- 8 É possível fazer uma relação entre a autonomia relativa e o projeto ético político?
- 9 Você acredita no projeto ético político? Considera possível visualizá-lo no cotidiano profissional? De que maneira? Se acredita ou não justifique sua resposta.
- 10 Aponte alguns desafios e possibilidades para a atuação profissional no contexto atual. Levando em consideração aspectos conjunturais e institucionais.
- 11 Como você compreende a posição do projeto ético político diante da ordem social?
- 12 Deseja acrescentar algo mais?